



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO ESPECIAL - REFORMA POLÍTICA 2011		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0544/11	DATA: 23/05/2011
INÍCIO: 14h38min	TÉRMINO: 18h48min	DURAÇÃO: 4h10min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 4h10min	PÁGINAS: 84	QUARTOS: 50

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

DINIS PINHEIRO - Deputado Estadual, Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.  
CARLOS MOSCONI - Deputado Estadual, Presidente da Comissão de Reforma Política da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.  
LUZIA FERREIRA - Deputada Estadual de Minas Gerais.  
FÁTIMA ANASTASIA - Doutora em Ciência Política e professora da PUC de Minas Gerais.  
FRANCISCO SÉRGIO SOARES CAVALIERI - Vice-Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais.  
MARCO ANTÔNIO DE JESUS - Presidente da Central Única dos Trabalhadores no Estado de Minas Gerais.  
VANESSA PORTUGAL BARBOSA - Presidente do PSTU em Belo Horizonte - MG.  
PAULA CORADI - Representante do PSOL.  
HERMAMO MELO - Representante do PSTU.  
ILDES PACHECO - Presidente da Associação das Empresas de Outdoor e Similares do Interior de Minas Gerais.  
FÁTIMA MEDEIROS - Presidenta do PDT de Nova Lima.  
MATHEUS MOURA MIRANDA - Presidente do Centro Acadêmico Afonso Pena da Faculdade de Direito da UFMG.  
JOSÉ CARLOS ARÊAS - Representante do Pcdob.  
JOSÉ MENDES - Representante do PMDB de MG.  
ANDRÉ LUIZ CAREGNATO - Representante Do PROTESTE/Minas.  
ERNANE FERREIRA LEANDRO  
ADRIANO MACHADO VALADARES XAVIER - Estudante de Direito.  
EDMO LUIZ DA CUNHA PEREIRA - Representante da Frente Mineira dos Movimentos Sociais pela Reforma Política.  
WILSON QUEIROGA - Ativista do Movimento Negro.

SUMÁRIO: Debate público "Minas na Reforma Política".

OBSERVAÇÕES

Reunião realizada na Assembleia Legislativa de Minas Gerais.  
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.  
Há orador não identificado.



**O SR. COORDENADOR** (Dinis Pinheiro) - Declaro aberta a primeira reunião especial da Comissão de Acompanhamento da Reforma Política. Destina-se esta reunião à realização de debate público acerca do tema “Minas na Reforma Política”.

A Presidência convida a tomar assento à mesa dos trabalhos as seguintes autoridades: o Deputado Estadual Carlos Mosconi, Coordenador da Comissão Extraordinária de Acompanhamento da Reforma Política (*palmas*); o Deputado Federal José Almeida Lima, Presidente da Comissão Especial de Reforma Política da Câmara dos Deputados (*palmas*); o Deputado Federal Newton Cardoso, membro da Comissão da Câmara Federal e autor do requerimento que deu origem a este debate público (*palmas*); o Deputado Federal Eduardo Azeredo, membro da Comissão Especial de Reforma Política da Câmara dos Deputados (*palmas*); o Deputado Federal Marcus Pestana, membro da Comissão Especial de Reforma Política da Câmara dos Deputados (*palmas*); a Profa. Fátima Anastasia, Doutora em Ciência Política e Professora da PUC de Minas Gerais — PUC/MG (*palmas*); o Sr. Marco Antônio de Jesus, Presidente da Central Única dos Trabalhadores de Minas Gerais — CUT/MG (*palmas*).

Gostaria de convidar a tomar assento à mesa a Sra. Deputada Estadual Luzia Ferreira, Relatora desta Comissão e autora do requerimento que deu origem a este debate. (*Palmas.*) A Presidência ainda tem o prazer de convidar a fazer parte da Mesa os ilustres Deputados Estaduais que integram esta Comissão da Reforma Política: Antônio Júlio, Dalmo Ribeiro Silva, Fábio Cherem, Rogério Correia.

A Presidência tem o prazer de registrar a presença dos Deputados Federais membros da Comissão da Reforma Política: Deputado Alceu Moreira, do PMDB do Rio Grande do Sul; Deputado Edinho Araújo, do PMDB de São Paulo; Deputado Sibá Machado, do PT do Acre.

Registro a presença do Deputado Federal Leonardo Monteiro e do Prefeito de Santo Antônio do Monte e Diretor da Associação Mineira de Municípios — AMM, Leo Camilo.

Aproveito o ensejo para registrar a presença do Sr. Marcelo de Souza e Silva, Vice-Presidente de Relações Institucionais da Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte — CDL/BH.

A Presidência agradece às senhoras e aos senhores a presença.



Com muita alegria e satisfação, registro também a presença do ex-Deputado Federal Virgílio Guimarães, o que muito nos honra.

É com muita alegria e contentamento que a Presidência declara iniciados os trabalhos para debate de tema de suma importância na vida dos brasileiros. Para tanto, nada melhor do que esta Casa, a Casa dos mineiros, a Assembleia de Minas Gerais.

O Deputado Almeida Lima, sempre vanguardista, com uma bela visão de futuro, promoveu o chamamento das senhoras e dos senhores para apresentarem sugestões altamente produtivas, que de certa forma fortalecerão a nossa democracia e, logicamente, apresentarão ao nosso País melhor perspectiva de futuro. A discussão política se faz desta forma, com a presença da sociedade, da classe política, dos cientistas. Para essa discussão, nada melhor do que a presença das senhoras e dos senhores e a liderança do nosso querido Deputado Estadual Carlos Mosconi, homem público tarimbado, extremamente qualificado, com uma grande visão e uma experiência extraordinária no Congresso Nacional. Com muito afinco, talento, capacidade, serenidade e equilíbrio, S.Exa. tem conduzido este belíssimo trabalho na Assembleia de Minas.

Aproveito a oportunidade para transferir ao Deputado Estadual Carlos Mosconi, Presidente da Comissão da Reforma Política, a direção dos nossos trabalhos. (*Palmas.*)

**O SR. COORDENADOR** (Carlos Mosconi) - Muito boa tarde a todos.

Cumprimento o meu caro Deputado Almeida Lima, que preside a Comissão da Câmara dos Deputados para a Reforma Política, acompanhado de Deputados de Minas Gerais e do Deputado Federal Newton Cardoso, que fez o requerimento para que esta reunião pudesse ser realizada nesta Assembleia; o Deputado Federal Eduardo Azeredo, o Deputado Federal Marcus Pestana; com muita satisfação, os Deputados Federais Edinho Araújo, de São Paulo, e Deputado Alceu Moreira, do Rio Grande do Sul, cuja presença muito nos honra. É uma satisfação muito grande tê-los conosco.

Com o meu caro Deputado Federal Almeida Lima, estamos na presença de Deputados desta Assembleia que compõem a Comissão formada em março deste ano para que também aqui pudéssemos discutir a reforma política.



Quero saudar de forma muito especial a Profa. Fátima Anastasia, cientista política e professora da PUC de Minas Gerais. S.Sa. vai nos brindar hoje com sua explanação sobre o tema. Depois ouviremos os demais debatedores presentes.

Meu caro Presidente, não vou presidir a sessão. Cabe a V.Exa. fazê-lo. Antes, porém, eu gostaria de explicar ao público, aos Deputados que vieram a esta reunião e a V.Exa. os trabalhos que aqui fizemos desde que a Comissão foi formada, por uma feliz iniciativa da Assembleia, especialmente do Deputado Dinis Pinheiro, que resolveu em boa hora, meu caro Deputado Almeida Lima, que Minas Gerais não ficasse fora da discussão de tema tão fundamental para o País: a reforma política. O Deputado Dinis Pinheiro, com sua sensibilidade e competência, criou esta Comissão a fim de que fizéssemos esse trabalho.

Quero dizer que, desde o mês de março deste ano, já realizamos uma série de reuniões. Ouvimos as lideranças políticas desta Casa — todos os líderes dos partidos políticos foram ouvidos — e as lideranças políticas de Minas Gerais que pertencem à Comissão lá em Brasília, presentes nesta reunião. Ouvimos os representantes da mídia mineira e os representantes de diversas entidades da sociedade civil que compõem o pensamento de Minas Gerais a esse respeito, vamos dizer assim. Fizemos várias reuniões nesse sentido. Meu caro Presidente, cinquenta entidades foram convidadas para essas reuniões, que ainda não se encerraram.

Ouvi V.Exa. dizer que o trabalho em Brasília talvez termine em junho. O nosso irá um pouco além. Vamos fazer em agosto um grande debate público aqui na Assembleia para que, ao final deste trabalho, possamos levar para Brasília o que seria a posição ou as posições de Minas a respeito do tema.

Portanto, meu caro Presidente, esta é a informação que eu gostaria de dar a V.Exa.: o assunto nesta Assembleia tem sido tratado com muito cuidado para que realmente possamos ouvir o que Minas tem a dizer.

Naturalmente, e V.Exa. sabe melhor que todos nós, o tema é extremamente complexo, polêmico, difícil. Há pouco V.Exa. afirmava que, numa questão como essa, jamais chegaremos a um consenso. É fato que não vamos chegar a consenso geral, mas podemos alcançar o consenso em alguns pontos.



Podemos dizer que, em Minas, estamos chegando a consenso em relação a algumas questões, como a mudança de data, a suplência de Senador, a coligação. Quanto ao financiamento de campanha, há um movimento crescente no sentido de que ele seja público. Majoritariamente, a opinião que ouvimos nessas reuniões é favorável ao financiamento público de campanha. A respeito do tema mais polêmico e complexo, o sistema eleitoral, não temos posição. Não posso dizer, de maneira alguma, que temos uma posição para este ou para aquele lado.

Quero cumprimentar o Deputado Federal Dr. Grilo, que também está presente. É uma satisfação ter S.Exa. conosco.

Cumprimento o público presente, os senhores que representam as entidades de Minas Gerais, que têm acompanhado com o maior interesse e têm participado de nossas reuniões. Agradeço muito aos senhores a participação. É o que tem dado a esta Comissão a sustentação para andar.

Vejo alguns Vereadores e alguns Prefeitos — entre estes, com muita satisfação vejo o Prefeito da minha terra, da minha querida cidade de Andradas, o Prefeito Ademir Perez. É uma satisfação muito grande recebê-los.

Meu caro Presidente, quero dizer da nossa satisfação em também recebê-los nesta Casa. Nós somos muito bem recebidos na Comissão Especial em Brasília. Portanto, para nós, é uma grande satisfação recebê-los em Minas Gerais. E com muita alegria, passo a V.Exa. a presidência dos trabalhos.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Almeida Lima) - Senhoras e senhores, boa tarde.

Minha saudação a Minas Gerais, a terra da liberdade, e ao grandioso povo mineiro. É com muita honra que me encontro nesta Assembleia e assumo a presidência dos trabalhos desta sessão, mas tenho a satisfação de dizer que a presidência de honra desta sessão é de V.Exa., Deputado Dinis Pinheiro, Presidente do Poder Legislativo de Minas Gerais.

Meu querido Deputado Carlos Mosconi, Presidente da Comissão de Reforma Política desta Assembleia Legislativa; meus companheiros Deputados Federais Newton Cardoso, Marcus Pestana, Eduardo Azeredo, Dr. Grilo; meu querido Vice-Presidente da Comissão Especial de Reforma Política da Câmara dos Deputados,



Deputado Edinho Araújo; meu querido companheiro de partido, gaúcho, Deputado Armando Monteiro — e ouvi há pouco uma referência ao Deputado Sibá Machado, mas parece que S.Exa. não chegou ao recinto até o presente momento;

Senhoras e senhores, Deputados Estaduais, Vereadores, Prefeitos, representantes das mais diversas entidades da sociedade mineira aqui presentes, dando início aos trabalhos, devo ressaltar que a Câmara dos Deputados, pela Comissão da Reforma Política, entende que deveria fazer uma consulta à sociedade brasileira, a mais ampla e profunda possível, acerca desse tema para que a proposta que vier a ser apresentada ao Plenário da Câmara dos Deputados seja a mais legítima e representativa do pensamento do País.

Portanto, além do debate que se processa hoje na Câmara dos Deputados às terças-feiras, na sessão com o debate acerca de todos os temas objetos dessa reforma política, realizamos às quintas-feiras plenárias de audiências públicas, quando recebemos personalidades do mundo jurídico, acadêmico, político e segmentos da sociedade para expressar sua opinião, seu ponto de vista. Resolvemos que, às segundas e sextas-feiras, esta Comissão poderia viajar, e assim temos feito pelos Estados, para ouvir de perto a sociedade.

Estivemos nos Estados de Goiás, Rio Grande do Sul, Sergipe, Paraíba, Santa Catarina e estamos hoje, aqui, em Minas Gerais. Na próxima sexta-feira, iremos ao Paraná. A seguir, iremos à Bahia, ao Rio de Janeiro, a São Paulo, ao Espírito Santo, ao Acre. As viagens são em decorrência de requerimentos já aprovados.

Haverá amanhã deliberação e possivelmente a mudança de um procedimento já pré-agendado, pré-consensuado, que importa na prorrogação da apresentação do relatório pelo Deputado Henrique Fontana diante da necessidade de dar continuidade a essas conferências pelos Estados, pela exigência que Pará, Rio Grande do Norte, Ceará, Pernambuco, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins e o próprio Distrito Federal têm feito no sentido de realizar as audiências, as conferências públicas em seus Estados.

É evidente que a data inicial — 15, 16 de junho — foi estabelecida porque teríamos já pré-agendadas as conferências nos Estados. O debate tem sido proveitoso, contribuído enormemente para o acúmulo de conhecimento, de massa crítica. Por conta desse fato, os Estados aos quais me referi se movimentaram e



compreenderam a necessidade de a Comissão para eles se deslocar para que a sociedade pudesse se manifestar.

Eu devo dizer aos senhores, de forma especial os Deputados Federais que aqui se encontram, que deveremos fazer o possível para antecipar os trabalhos, sim, porque sabemos da cobrança feita diariamente pela sociedade brasileira, mas não a ponto de resultar em prejuízo para os debates. Há vinte anos ou mais se fala em reforma política, e não devemos prejudicar esse procedimento que está sendo adotado.

Eram as observações que desejava fazer nesse início e, por último, deixei para dizer às senhoras e aos senhores que viemos essencialmente para ouvir.

Parece-me que está prevista a palavra da Deputada Luzia Ferreira, autora do requerimento que deu origem a este debate público para suas considerações iniciais, e a do Deputado Newton Cardoso, autor do requerimento na Câmara dos Deputados, embora tenha havido também outro requerimento do Deputado Marcus Pestana nesse sentido. S.Exas. terão a palavra. Parece-me que está prevista também a exposição da Sra. Fátima Anastasia, Doutora em Ciência Política e professora da PUC de Minas Gerais.

Após as palavras de outros Parlamentares e de dois debatedores, eu gostaria de deixar bem registrado que, por onde temos passado, temos feito uso do microfone em plenário, em alguns deles microfone sem fio, às vezes com fila, para que os presentes possam fazer uso da palavra. O convite não foi feito para aplaudir, foi para se manifestar. É uma conferência, verdadeiramente. Nós queremos ouvir; queremos sair de Minas Gerais com a contribuição do povo mineiro para a construção desta proposta de reforma política para o Brasil.

Concedo a palavra ao Deputado Federal Newton Cardoso, autor do requerimento, na Câmara dos Deputados, que deu origem ao debate público que iniciamos.

**O SR. DEPUTADO NEWTON CARDOSO** - Sr. Deputado Dinis Pinheiro, de Minas Gerais; caro Deputado Federal Almeida Lima, que preside esta importante da Câmara; caríssimo Deputado Estadual Carlos Mosconi, que preside, em Minas Gerais, os trabalhos da Comissão Política; caros colegas que participam da Comissão de Minas; Deputados Marcus Pestana e Eduardo Azeredo; caríssimo



Presidente da Comissão de São Paulo, grande Deputado Edinho Araújo, aqui presente; combativo Deputado Federal Alceu Moreira, do Rio Grande do Sul, presente em todas as reuniões, sempre defendendo posições legítimas em nossa Comissão; Deputados Federais e Estaduais presentes, convidados para compor a Mesa, entidades sindicais presentes, Prefeitos e Vereadores, senhoras e senhores, eu me apressei em fazer esse requerimento porque Minas respira política em sua atmosfera social, econômica e política e não poderia passar ao largo deste importante debate que hoje toma conta da mídia nacional.

Quero frisar, Sr. Presidente, Deputado Almeida Lima, que sob seu comando e com sua inteligência, perspicácia, conduta ilibada e política, esta Comissão adotou uma metodologia diferente. No Senado, se adotou como método de apressar os trabalhos, e V.Exa. resolveu fazer isso de maneira metódica, apresentando uma série de quesitos, de trabalhos a serem discutidos em cada sessão e, além disso, levando avante essa consulta à sociedade, às entidades civis, como é o caso aqui em Minas Gerais.

No Senado, eles apressaram muito esses trabalhos. Na Câmara, eu tenho certeza absoluta, sob o seu comando, vamos aprovar essa reforma política.

Iniciamos essa reforma de maneira inteligente. No Senado, com a liderança do Senado, na presença de todos os Senadores, convidando a Presidenta da República, convidando os Ministros dos Tribunais Superiores, e na Câmara também.

Há uma expectativa nacional de se aprovar essa reforma política. É mais uma reforma que há vinte anos está no Senado, essa sim. A mídia, às vezes, duvida da reforma, e será uma frustração total do Brasil se não aprovarmos essa reforma política, total frustração. Por quê? Porque, infelizmente, nosso Congresso ainda está cheio de influências de emendas Parlamentares; influências profundas de construtoras; influências abusivas e imorais sobre alguns Deputados; influências dos tiriricas da vida; influências de fatos que hoje, eu diria, levam, não digo ao ódio da sociedade, mas a uma desesperança com relação ao Congresso.

Essa reforma deve vir para valer, senão vai ser a negação do Congresso Nacional; a negação. A expectativa da sociedade é total. Em todos os fóruns políticos se debate isso, até em movimentos, em ONGs nacionais, no sentido de fazer avançar esse trabalho.



O que se viu até agora? Quais as tendências? Uma tendência do meu partido, ou uma parte, grande parte do partido, é o do voto por distrito. O PMDB encampou essa tese, que veio do Presidente Michel Temer, do voto por distrito. No partido ainda há dissonâncias, mas a tendência é essa. Não é a reforma partidária; é a reforma política, como há no PSDB vários defensores do voto por distrito, como há no PT. Mas no PT é diferente; há uma tendência de voto em lista, mesmo para preservar seus votos. O PT é um partido diferente, ele tem um núcleo decisório, então a tendência hoje, no cerne da discussão, é o voto em lista fechado e o voto por distrito. Mas eu tenho certeza de que, pelo andar da carruagem, nós vamos avançar muito e chegar a um consenso.

O consenso é bom para a sociedade. Não é bom para o PT nem para o PMDB; é bom para o País, que aguarda com muito respeito, com muita ansiedade essas mudanças.

O que está aí, colocado até hoje, é uma nódoa: “*esse Congresso não representa a sociedade brasileira*”. Nunca! Eu me lembro do caso daquele Deputado lá de São Paulo, que teve milhares de votos, e outro Deputado foi ao Congresso com 275 votos — 275 votos! Foi a negação das eleições.

Por tudo isso, solicitei do Deputado Almeida Lima que viesse até aqui trazer a sua experiência, o seu trabalho, demonstrar, o que fez hoje, seus conhecimentos e debater com V.Exas. esse trabalho legislativo, para que possamos chegar a um acordo comum.

Há muitos temas colocados. Financiamento público. Há uma tendência a abandonar o sistema atual para chegarmos, então, ao financiamento público, o que não é muita coisa. Ainda hoje já se financia pela televisão. Quem paga a televisão é o Governo. Já se financia hoje pelo Governo a campanha eleitoral. Então, não há nenhuma novidade nesse sentido.

Outra preocupação é a reforma eleitoral, que é outra coisa diferente. Tem que andar *pari passu*, para não virar o que está aí dito, onde há supremacia na Justiça Eleitoral. E a negação. Porque aqui em Minas Gerais, por exemplo — eu falo com autoridade porque eu fui vítima disso —, fizeram com que não fosse aprovada a minha candidatura por causa de 37 reais. Uma nota que fizeram lá no interior do Estado em meu nome. Não os juízes, mas por baixo, a incapacidade, a



incompetência dos debaixo fez com que surgisse uma denúncia, dizendo que isso estava errado.

O que tem a Justiça com isso? Deve haver normas novas, diferentes da reforma eleitoral.

Por tudo isso, Sr. Presidente, quero crer nós vamos debater aqui hoje, nesse tema da reforma política, encetando o problema do financiamento público, o voto em lista, o voto por distrito, e chegaremos ao final dos debates com um consenso comum. Não tenho a menor dúvida disso.

Há uma cobrança da sociedade muito grande nesse sentido e nós queremos crer que aquela Comissão tem a responsabilidade total de aprovar esse processo.

Espero falar mais nos debates aqui com os presentes. Agradeço aos representantes da Assembleia de Minas todo o apoio logístico para esta Comissão, ao Deputado Estadual Carlos Mosconi, que foi muito gentil em convidar a mim outras vezes para vir aqui debater esse programa, e a V.Exa., Sr. Presidente, que abriu a Casa aqui dando todo o apoio logístico para a nossa Comissão.

Muito obrigado e até muito breve. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Almeida Lima) - Agradeço a V.Exa., Deputado Newton Cardoso, suas palavras.

Tenho a honra de registrar a presença do Vice-Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, Sr. Francisco Sérgio Soares Cavaliéri.

Com a palavra a nobre Deputada Estadual Luzia Ferreira, autora do requerimento que deu origem a este debate público para suas considerações iniciais.

**A SRA. LUZIA FERREIRA** - Sr. Presidente desta sessão, Deputado Almeida Lima, quero dizer da satisfação de recebê-lo aqui. Em seu nome cumprimento todos os Deputados Federais que nos deram esse prazer de vir aqui a Minas Gerais ouvir um pouco a opinião não só dos Deputados, mas das entidades da sociedade civil, algumas já aqui à mesa, como debatedoras, e também da população de um modo geral, particularmente do movimento pela reforma política. Vejo que há muitos integrantes aqui. É uma organização da sociedade civil que também tem tido uma participação ativa em todos esses debates que aqui acontecem.



Então, permita-me, em seu nome, cumprimentar todos os Deputados Federais presentes. Em nome do nosso Presidente da Casa, Deputado Dinis Pinheiro, e do Deputado Estadual Carlos Mosconi, Presidente da Comissão, quero cumprimentar todos os Deputados Estaduais aqui presentes. Na pessoa também da Profa. Fátima Anastasia, cumprimento todos os demais integrantes da Mesa.

Sei, Deputado Almeida Lima, que nosso objetivo aqui também é ouvir a população aqui presente, as entidades, as lideranças que aqui estão.

Portanto, nós que estamos aqui, vamos falar pouco para garantir nossa presença, porque nós, da Assembleia, também queremos ouvir.

Por nossa iniciativa, como já foi dito pelo Deputado Carlos Mosconi, o Presidente instalou esta Comissão, já que esse talvez seja, neste início de legislatura, o assunto mais importante que vem sendo debatido em todas as Casas Legislativas, particularmente no Congresso Nacional, porque diz respeito ao aperfeiçoamento do nosso sistema democrático. Acho que, em relação à reforma política, podemos dizer assim. E, portanto, ela interessa a todos, não só aos Deputados Federais e Estaduais e Senadores, mas também a Vereadores — vejo aqui alguns representantes — e aos Prefeitos. E diz respeito também à sociedade. Então, diz respeito a todos nós.

Estamos discutindo, quando discutimos reforma política, o aperfeiçoamento da nossa democracia, o aperfeiçoamento das nossas instituições. Na democracia, nós temos como pressuposto que o sistema político pode favorecer uma aproximação do representado com o representante, pode democratizar o processo eleitoral, de forma a garantir que todos que se disponham a concorrer, a ser um representante da população, possam ter mais ou menos chances: chance de desenvolver suas campanhas, chance de participar do pleito, portanto.

Quando falamos em democratizar — tem muito a ver com financiamento de campanha — estamos falando também em criar um modelo que seja mais permeável, não só na eleição, mas depois, a essa participação permanente do eleitor no acompanhamento, na fiscalização, na transparência das ações do representante com o representado.

Estamos falando, talvez, de uma questão muito mais relevante, depois da Constituição de 1988, do ponto de vista do aperfeiçoamento: esta discussão da



reforma política. Portanto, quero aqui saudar a iniciativa da Comissão, da Câmara Federal de permitir que este debate seja mais ampliado e não fique só com os Deputados, em Brasília, para que possa ser também uma síntese desse pensamento e até ter sucesso.

Presidente Almeida Lima, há muito ceticismo não só dos Deputados, mas de modo geral, quando conversamos com as lideranças sociais, sobre a aprovação de alguma coisa, pelo menos do essencial, daquilo que é mais relevante. Talvez o mais relevante, exatamente por significar um aperfeiçoamento do sistema democrático, seja estes dois temas cruciais.

Um é o sistema eleitoral, aqui já falado. Segundo as pessoas que ouvimos, há uma dificuldade de síntese no sistema eleitoral: voto distrital; voto distrital misto; lista fechada; lista aberta, como hoje; proporcional, e com que mecanismo; distritão, de que o Deputado Newton Cardoso, do PMDB, falou, que é outra concepção.

O outro tema é o financiamento do processo eleitoral.

Essas são as duas questões cruciais neste evoluir que vimos fazendo no Brasil do amadurecimento da nossa democracia, nesta incorporação também, num conceito de democracia, que pressupõe sempre essa aproximação do representante com o representado. Se nos Executivos isso já é mais visível, porque a própria Constituição e as Leis Orgânicas Municipais previram a institucionalização dessa participação de forma mais permanente nas gestões públicas, talvez seja também um desafio nosso, de Parlamento, dos Legislativos, criar formas para que essa participação possa ser mais efetiva.

Enfim, são questões de extrema relevância que não podem ficar restritas apenas à contribuição de quem já está eleito. Porque eu também disse: todos nós que fomos eleitos, que estamos aqui na Mesa, que estamos discutindo no Congresso Nacional e que vamos votar, apesar de todas estas dificuldades que todos elencam, fomos vitoriosos neste modelo atual. Todos nós, de alguma forma, rompemos este bloqueio das dificuldades do sistema eleitoral, do financiamento, e estamos aqui, porque vencemos isso tudo.

Então, há essa dificuldade, por parte de quem foi vitorioso neste modelo, de arriscar dar um passo à frente para mudá-lo, pelo menos, com certa radicalidade. Talvez o ceticismo, como eu disse, seja por isso. Quem foi vitorioso neste modelo



vai arriscar fazer uma mudança com alguma radicalidade, em que ele possa analisar: *“Olha, mas será que no outro modelo eu terei chance?”*

É essa a mediação para a qual, quando abrimos o debate para a sociedade, também buscamos contribuições. Eu acho que esse é o objetivo deste debate. Ele tem essa relevância. Talvez, ao lado da reforma tributária, sejam hoje as duas demandas da sociedade, de ambos os segmentos, em que precisamos avançar, para que possamos, também ir dando os passos que a nossa democracia vai exigindo de todos nós, que somos eleitos, representantes, e a sociedade vai colocando também, pela sua própria dinâmica.

Então, sejam bem-vindos a esse debate. Esperamos que a contribuição de V.Exas. e de todos nós possa ajudar-nos a ter aqui também, em Minas Gerais, um relatório que possa ser propositivo e auxiliar, contribuir, lá no Congresso Nacional, para buscar um consenso, se não no todo, pelo menos naquilo que for fundamental caminharmos para a votação, e que o resultado dessa votação já possa ter reflexos, se não na eleição de 2012, mas, pelo menos, nas eleições de 2014. Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Almeida Lima) - Deputada Luzia Ferreira, muito grato pelas considerações de V.Exa.

Tenho a honra de passar a palavra ao Deputado Marcus Pestana.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Boa tarde a todos e a todas. Caro Presidente da Comissão Especial da Reforma Política, Deputado Almeida Lima, na verdade, o grande responsável por essa dinâmica democrática que estamos assistindo. Apesar de ser um assunto longamente debatido, o Presidente tomou uma posição clara de tomar um caminho inverso do Senado Federal e fazer um processo mais longo de discussão, o que tem propiciado o amadurecimento, a decantação das posições.

Então, eu aplaudo a iniciativa e agradeço muito ao Sr. Presidente sua presença aqui, ele que tem sido o grande líder dos trabalhos da nossa Comissão.

Caro amigo, Deputado Estadual Dinis Pinheiro, que nos abraça aqui, recebendo-nos mais uma vez, renovando esse compromisso radical da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais com a democracia, com a liberdade de pensamento e de formulação; caro Presidente da Comissão de Acompanhamento, amigo, Deputado Estadual Carlos Mosconi; caros Deputados Federais e ex-



Governadores, Eduardo Azeredo e Newton Cardoso, nossos colegas — o Estado de Minas Gerais tem três membros titulares nesta Comissão, e eu tenho a honra de acompanhar aqui dois ex-Governadores; caros visitantes; caro Alceu Moreira, que se tornou um grande amigo, firme, combativo nas suas posições, na condição de gaúcho; Deputado Edinho Araújo, de São Paulo, que nos prestigia aqui; Srs. Deputados Federais que também estão aqui presentes; Srs. Deputados Estaduais; representantes da sociedade; Profa. Fátima Anastasia, que é uma grande especialista, estudiosa da temática do sistema político-partidário; caro Presidente da CUT, Sr. Marco Antônio; caro Dr. Sérgio Cavalieri, representando aqui a FIEMG, um grande empresário, vice-presidente desta Federação; senhora representante feminina aqui na Mesa do Legislativo, Deputada Luzia Ferreira, ex-Presidenta da Câmara de Vereadores, Vereadora em Belo Horizonte, e no seu primeiro mandato, na qualidade de Deputada Estadual, é uma das políticas mais talentosas que temos em Minas Gerais; Srs. Prefeitos; Vereadores; lideranças da sociedade civil.

Estamos aqui, e o Presidente já registrou, para ouvir e não para falar. Estudo e trabalho sobre esse tema há mais de 15 anos. Tenho muito interesse por esse tema, mas não vou avançar muito naquilo que acho. Vou abordar sobre uma palestra feita na Comissão, nas universidades, nos partidos políticos e nos encontros políticos. Até organizei essa palestrinha, mas vou ater-me só aos pressupostos. Não vou avançar muito porque nós estamos aqui para ouvir e não para falar, explicitar posições e tentar induzir os presentes.

Quero dar uma roupagem, uma moldura de como é que vejo a questão da reforma política.

Primeiro, de pronto, nós temos que responder a uma questão-chave. A reforma política é uma necessidade ou não? Ela é uma perfumaria, é um modismo? É só para que a Câmara dos Deputados e o Senado Federal mostrem um certo espírito de modernidade, de transformação, mas sem uma necessidade concreta? Não valeria a pena, se isso fosse verdade, esse brutal esforço político. Não valeria a pena a mobilização da opinião pública, da sociedade, do Congresso, para uma questão que fosse periférica, secundária ou desnecessária. Toda atitude corresponde a um diagnóstico de que uma questão relevante, uma reforma estrutural, uma reforma tributária, previdenciária, uma reforma do mercado de



trabalho, uma reforma trabalhista, qualquer reforma tem que atender a um pressuposto claro de que um determinado tema estrutural relevante chegou ao esgotamento. Só faz sentido a mobilização da sociedade e do Congresso Nacional se nos convenceremos de que esse sistema — como a Deputada Luzia nos falou — trouxe-nos até aqui, e a democracia avançou muito no Brasil, mas hoje, no meu entender, o atual sistema partidário-eleitoral é um entrave ao avanço da democracia. Se não nos convenceremos disso é melhor dissolvermos as Comissões, não desperdarmos tanta energia política com isso

Mas é preciso ficar claro, no meu ponto de vista, que hoje o nosso sistema é caríssimo, desproporcional e irracionalmente caro; é um sistema que não cria vínculo — 70% das pessoas, 2 anos depois, pesquisas revelam, não sabem dizer o nome do Deputado ou do Vereador em que votaram. É um sistema que não fortalece os partidos. Coloca a disputa dentro dos quadros partidários. A disputa é interna, minando a unidade. É um sistema que dificulta a governabilidade. E aí, isso dá margem para o "*é dando que se recebe*": governa-se com cargos e emendas, e não com programas, como nas democracias avançadas.

A primeira questão — sem avançar para o que acho que é terapêutico, mas vou me ater só ao diagnóstico — , da qual a Profa. Fátima Anastasia vai falar com muito mais propriedade, é a seguinte: nós não estamos lidando com uma verdadeira reforma política. Essa foi a roupagem, o apelido que ganhou esse esforço. Na verdade, estamos falando de uma reforma no sistema eleitoral e partidário. Reforma política no sentido amplo abrangeria a questão da Federação, da relação dos entes federados, do fortalecimento, por exemplo, dos Municípios, porque é tão novo, o pacto federativo; diria respeito à organização e relação dos Poderes, porque há essa questão da judicialização da saúde, judicialização da política, judicialização de tudo, essa relação que conflita — o advogado Ives Gandra escreveu um brilhante artigo na *Folha*, acho que na quinta-feira, ou na sexta, falando do esvaziamento do Congresso Nacional e do avanço do Judiciário no território próprio da Casa legislativa; e envolveria também o sistema de Governo. Nós do PSDB, que somos parlamentaristas, como perdemos o plebiscito, e plebiscito não se faz toda hora, resolvemos não pôr isso na agenda porque nós não convencemos o Brasil, naquele



plebiscito — que, para tempo histórico é muito pouco —, de que o parlamentarismo era um sistema melhor. Então, resolvemos não mexer no sistema.

Então, não é verdadeiramente uma reforma política. Estamos falando de uma reforma eleitoral, de uma reforma no sistema partidário.

Rapidamente, citarei três pressupostos: não existem soluções simples para questões complexas. Temos a tentação de procurar uma varinha de condão para problemas complexos, como se houvesse alguma saída simplista. Não existe isso. Por outro lado, não há sistema de representação perfeito. Nós estamos falando de um sistema que é um funil, um filtro: 190 milhões de brasileiros são representados por um sistema político, por 513 Deputados e 81 Senadores. E é claro que, nessa filtragem para chegar de 190 milhões a um grupo de 600 pessoas, no meio do caminho muito ruído, muita interferência há. Não há nem aquela figura um pouco mistificada da democracia grega, que começava já por excluir os escravos; não seria possível nós, todos os dias, convocarmos os 190 milhões de brasileiros para a Praça dos Três Poderes, em Brasília, para decidir que estrada vai ser feita, qual hospital vai ser construído, o Orçamento público. Isso é inimaginável. Então, isso ficou lá atrás e nem a democracia grega era tão assim. E nem pensando, em nossos tempos, numa democracia *high-tech, on line*, que será possível um dia, eu acho. Eu brinquei na Comissão, outro dia, dizendo que é possível imaginar que, daqui a uns 100 anos, se convoque, numa sexta-feira, a população para decidir, vamos supor, sobre desarmamento. Aí todo mundo — a CUT, a FIEMG, os partidos — porá no YouTube os seus filmes defendendo o conteúdo; todos terão um cartão eletrônico com um *chip* de segurança, um título eleitoral, e poderão entrar no computador com um reconhecimento digital para que não haja fraude, e votar na sexta-feira mesmo. Mas isso não está ao alcance imediato. Como exercício de futurologia, não sei se a Fátima concorda comigo, no horizonte, é possível uma democracia direta, *on line*, moderníssima.

Outro pressuposto é que não haja tentação de fabricação de jabuticabas. O que é isso? O saudoso e grande jornalista Márcio Moreira Alves, falava que, exceto jabuticaba — porque jabuticaba é muito bom, principalmente se for chupada no pé —, o que dá só no Brasil devemos olhar com desconfiança. Há uma experiência



internacional acumulada, portanto, não devemos inventar jabuticabas. Copiar coisa boa é sinal de inteligência. Eu acho que o nosso sistema esgotou-se.

E, para finalizar — sem avançar para o que eu acho, eu tenho minhas opiniões, defendo o voto distrital misto —, há três níveis, três campos temáticos. Há o coração do problema: o sistema eleitoral. Há o sistema atual; o distritão, que o nosso Presidente defende, junto com o Michel Temer e Francisco Dornelles; o distrital puro, que funciona na Inglaterra, na França, nos Estados Unidos; há o distrital misto, que funciona, por exemplo, na Alemanha; há o voto em lista — houve eleição ontem, na Espanha, e o partido pelo qual tenho simpatia lá levou uma esculhambada; o PSOE levou uma lambada para perder o rumo, mas é por conta da crise. Então, lá funciona o voto em lista, e, em Portugal, as eleições são baratíssimas, e todas calcadas em ideias

Então, há uma questão central na qual interferir: o sistema. O sistema eleitoral, essa decisão, é o coração do problema. E há temas conexos. Vou dar dois exemplos.

O *recall*, a revogabilidade de mandato só é possível no distrital puro. Então, só tem sentido discutir se vai haver *recall* ou não se aprovarmos o distrital puro, porque nos outros sistemas não é viável. E eu acho, não por ideologia, ou ideia política, que o financiamento público exclusivo só é viável com a lista. Isso é uma questão matemática — eu sou economista —, não há nada de político-ideológico. Eu já fiz as contas, é pouco dinheiro para financiar campanhas individuais. Então, não tem jeito de ser por financiamento exclusivo, exceto no caso da lista. Por isso, acho que só dá para apreciarmos financiamento exclusivo se aprovarmos a lista.

Há também questões autônomas, que tanto faz como tanto fez, independe de qual o sistema. Por exemplo, voto facultativo. Eu descobri, Fátima, numa reunião com doutores e PHDs em Ciências Políticas, que todos os cientistas políticos, em geral, são contra o voto facultativo. Eu me surpreendi: na universidade, que é um terreno sempre libertário, há toda uma teoria contra o voto facultativo. Eu estava caminhando... O Ministro Ricardo Lewandowski me levou para a posição, falando que é irrelevante, a multa é pequena, é fácil justificar. Os cientistas políticos... Depois a Fátima poderia explorar isso um pouco. Há coisas em relação às quais tanto faz o sistema eleitoral, como, por exemplo, o fim da reeleição, com mandato de



cinco anos; mudanças no calendário, coincidência de mandatos de Prefeitos, Vereadores com Governadores. Isso tudo independe. Há questões independentes e há questões conexas.

Para finalizar, os objetivos centrais. Se não precisamos de reforma, vamos parar de brincar. Se precisamos da reforma, quais são as questões centrais? Primeiro, aproximar representantes de representados. Nós precisamos criar vínculos, controle social. Ninguém sabe como o Deputado que elegeu votou no salário mínimo, no trem-bala, no acordo de Itaipu, na inclusão da SUDENE, na indústria automotiva, nos incentivos. Nenhum eleitor, em geral — a não ser o muito militante, que lê muito jornal e que entra no *site* do Congresso, ninguém sabe como votou o Deputado. Eu fiz um teste com 50 militantes do PSDB da minha cidade, Juiz de Fora. Ninguém sabia como eu tinha votado em cada uma dessas votações.

Então, não há acompanhamento, não há vínculo e não há controle social. E aí o nosso companheiro da CUT poderia explorar um pouco essa questão do controle social e da necessidade dos elos.

Fortalecer o sistema partidário. Nós somos falíveis e mortais, nós somos passageiros na vida. As instituições e a sociedade ficam. Partido é instituição, é organização da sociedade. É preciso ter uma visão menos individualista, menos vaidosa, menos pretensiosa e mais coletiva do processo histórico. Portanto, nós precisamos de partidos políticos.

Por último, baratear as campanhas e fechar as portas para a corrupção. Eu falei lá na Comissão que uma das coisas que me afastam da política é esta questão central: o atual sistema de financiamento — eu disse lá na Comissão e tenho repetido — é humilhante para o político honesto, é constrangedor para o empresário honesto. E, para quem não é honesto, é a porta para a corrupção e para relações não republicanas.

Eu não quero nunca mais ficar uma hora à porta de um executivo de uma grande empresa, para entrar lá e pedir dinheiro para a minha campanha, como se estivesse pedindo um favor pessoal. Eu acho que ou é o financiamento público de campanha, que só é viável no voto em lista ou parcialmente para financiar a lista, no distrital misto — e eu defendo um modelo tipo o alemão, que é metade das vagas em lista e metade, por distrito; mas não vou me alongar sobre isso —, ou pelo



menos coletivizar a coleta, através dos partidos, de um orçamento transparente. Mas não o Deputado, o Senador captando diretamente com um empresário, criando um vínculo muito constrangedor para o empresário honesto. O Dr. Sérgio vai poder falar da sua percepção sobre isso. Isso já está onerando o Custo Brasil. As grandes empresas têm que fazer doação a quatro Presidentes da República, aos Governadores dos Estados em que há planta industrial, a uma bancada federal e a uma bancada estadual. Isso já está pesando, já está na planilha de custos das empresas. Então, nós temos que baratear as eleições e introduzir mudanças.

Desculpem-me se eu me alonguei. Não vou avançar. Eu tenho também opiniões sobre o receituário, mas acho que não é o caso de falar aqui, porque a voz é de vocês.

Muito obrigado, Presidente Almeida Lima. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Almeida Lima) - Grato, Deputado Marcus Pestana.

Eu quero renovar a comunicação da presença do 1º Vice-Presidente da Comissão de Reforma Política, Deputado Edinho Araújo, do PMDB de São Paulo, e do Deputado Alceu Moreira, do PMDB do Rio Grande do Sul.

Concedo a palavra ao meu nobre amigo Deputado Eduardo Azeredo, com quem tive a honra de conviver, nos últimos 8 anos, no Senado Federal, ambos agora na Câmara dos Deputados.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO AZEREDO** - Sr. Presidente, muito obrigado por me conceder a palavra.

Quero saudar todos os que comparecem aqui hoje. Eu comentava com o Presidente, no início, que é um número expressivo de pessoas que vieram participar deste debate, mostrando que o interesse existe realmente, sobre um tema de relevância para a população.

Saúdo o Presidente da Assembleia Legislativa, Dinis Pinheiro; o Presidente Almeida Lima, nosso colega desde o Senado; o Presidente da Comissão aqui na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Carlos Mosconi; os Deputados membros da Comissão — Deputado Newton Cardoso, ex-Governador; Deputado Marcus Pestana, Presidente do PSDB, o meu partido; Deputado Edinho Araújo, Vice-Presidente da Comissão; Deputado Alceu Moreira, com o qual travei um debate lá



na *TV Câmara* sobre os pontos de vista da reforma; os Deputados Federais que aqui estiveram — Dr. Grilo e João Magalhães; a Profa. Fátima Anastasia; a Deputada Estadual Luzia Ferreira, o Deputado Estadual Dalmo Ribeiro e o Deputado Estadual Antônio Júlio; o Vice-Presidente da FIEMG, Sérgio Cavalieri; o Presidente da CUT, Marco Antônio; enfim, todos os que comparecem a esta Assembleia.

A reforma política já avançou um pouco. Nos primeiros momentos, nós manifestamos alguma preocupação com o fato de haver duas Comissões — uma Comissão na Câmara e uma Comissão no Senado. Eu pessoalmente preferiria que fosse uma Comissão Mista, para que pudesse avançar mais, mas isso já é uma página virada.

Da mesma maneira, a questão de não termos propostas demagógicas ou hipócritas também já me parece uma página virada. Já se caminha agora para propostas que sejam viáveis, que estejam dentro da realidade brasileira.

Há experiências internacionais de qualquer tipo. Podemos olhar as várias experiências pelo mundo afora. Não há um sistema político perfeito. Isso é evidente. Todos sabem disso. Se formos olhar a eleição de ontem, da Espanha, veremos que a população estava nas ruas querendo boicotar as eleições, porque não gosta do sistema. Se formos olhar o sistema da Argentina, veremos que a população não gosta do sistema. Se formos olhar o sistema daqui, veremos que não é um bom sistema. Portanto, temos que buscar aquele que tenha posições melhores, mas sabendo que não há um sistema perfeito, seja o de lista, seja o distrital, seja o distritão, seja o atual, que é o sistema proporcional. Experiências, eu volto a dizer, existem em todos os lugares do mundo.

No Brasil mesmo, nós já tivemos experiências variadas, até mesmo eleição indireta, na época do regime militar. Na questão de partidos, já tivemos o bipartidarismo aqui. Eu me lembro bem de que, na época em que havia MDB e Arena, existia uma escolha pelos partidos — havia mais candidatos do que o número de vagas. Nesse momento nós tivemos alguma seleção, sim. Hoje, não. Hoje não é possível fazer seleção de candidatos a Deputado ou a Vereador. Se você fecha a porta para um candidato, ele vai à porta vizinha e se candidata por outro partido. E, pelo sistema que temos, vão se somando votos e não se pode abrir mão dos candidatos.



A questão dos partidos de aluguel é realmente da maior importância. O fato de termos tempo de televisão faz com que alguns partidos realmente negociem esse tempo de televisão, forçando coligações proporcionais, forçando obtenção de recursos, para somar tempo aos partidos principais que disputam as eleições.

Vemos que a maioria que a Presidente Dilma tem hoje é composta do seu partido e de vários outros partidos que estiveram ao lado do Presidente Fernando Henrique. São partidos que saíram de um lado e foram para o outro. Quer dizer, não há uma consistência mais relevante, mais coerente em toda a linha dos nossos partidos.

Por isso é importante — Marcus Pestana colocou bem aqui — baratear as campanhas dar maior autenticidade à representação. Com o sistema atual, esses problemas existem. Agora, vamos conseguir outro sistema, bem melhor do que o atual? Eu sou bem mineiro sobre esta questão: acho que o sistema atual tem muitos defeitos, mas não acho que ele seja péssimo e não acho que o sistema de lista seja ótimo, não acho que o sistema distrital seja ótimo, não acho que o outro seja péssimo. Também não é o caso de buscar uma solução que atenda minimamente.

Aí vem a cláusula de barreira. Se continuarmos evoluindo desta forma, ou seja, para o fim da coligação partidária, a cláusula de barreira praticamente deixa de ser necessária. Com o fim da coligação proporcional, automaticamente faltaria representatividade a alguns partidos, de existência às vezes só local mesmo. Em muitos países há partidos locais. Podem existir, é bom que existam partidos, no número que for. Mas, para ter representação, eles precisam crescer, eles precisam ter realmente expressão para ter voz.

Hoje existe uma disparidade muito grande. Os partidos de dois ou três Deputados, lá em Brasília, têm na verdade a mesma voz de um partido de 50 Deputados. Na hora de sentar à mesa o Presidente da Câmara, numa reunião de Líderes, para decidir alguma questão — à reunião de Líderes comparecem 50 pessoas; são 25 ou 28 partidos, não sei ao certo, e ainda vai um punhado de assessores, além de outros que aparecem na última hora —, isso inviabiliza o funcionamento mais adequado.

Mas a minha defesa é de que tenhamos partidos mais fortes. Isso significará menor número de partidos, automaticamente.



A questão principal, pela qual me tenho batido — e aí já termino —, é a da implantação gradual das mudanças. Na nossa história, sabemos que os interesses imediatos prejudicam decisões. Se houver uma implantação gradual, que não afete os atuais Deputados, neste mandato, será muito mais fácil fazer uma alteração. Assim aconteceu com implantações anteriores. A urna eletrônica, por exemplo, da qual eu participei, ainda como analista de sistemas, foi implantada gradualmente — primeiro, nas cidades com mais de 200 mil habitantes, para depois chegar a todo o País.

Essas mudanças do segundo turno, também importantes, foram implantadas gradualmente. Tivemos o segundo turno em algumas eleições, primeiro, para chegarmos à situação atual.

Isso tudo pode ser repetido no processo de reforma política, que é o ponto que defendo: que as mudanças sejam implantadas de forma gradativa. Algumas para daqui a 8 anos, que seja. Mas o fato é que, do meu ponto de vista, não há condição política para uma mudança extremamente forte. Podemos acabar imediatamente com a coligação proporcional e fazer algumas outras mudanças para baratear as campanhas, podemos buscar realmente algum sistema que seja o ideal, mas de maneira paulatina. Aí, sim, a chance de sucesso será maior.

É evidente que este momento é adequado, é o início do processo legislativo de 4 anos, é o início do Governo Federal de 4 anos e dos Governos Estaduais. Nós não podemos perder a chance, mas, ao mesmo tempo, precisamos estar com os pés no chão, para saber o que podemos mudar.

Presidente Almeida Lima, era o que eu queria dizer. Mais uma vez afirmo que é uma satisfação para nós de Minas Gerais receber V.Exa. e os Deputados que nos visitam, de ver essa Assembleia cheia e de poder avançar nesta discussão e na busca de uma representatividade cada vez mais autêntica, mais correta, na qual não haja invasão de prerrogativas, na qual o Poder Legislativo legisle de fato. Que essa legislação não fique sempre aguardando o Poder Executivo ou o Poder Judiciário. Esse é um ponto que me preocupa muito, sim. Não se consegue mais fazer leis de origem do Poder Legislativo. As leis são sempre oriundas do Executivo e acabam sendo reformadas pelo Poder Judiciário. Isso não pode continuar. Precisamos de



mais representatividade para impor a vontade popular que nos é passada pela legitimidade do voto.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Almeida Lima) - Agradeço ao Deputado Eduardo Azeredo.

Dando início à fase de debates, mais de mérito, acerca da proposta da reforma política, tenho a honra de conceder a palavra à Dra. Fátima Anastasia, Doutora em Ciência Política e Professora da PUC de Minas Gerais, que disporá de 20 minutos para a sua explanação.

Lembro ao Plenário que, pelas informações que recebo da Mesa, houve distribuição de fichas para a formulação de perguntas. A Casa facilita também ao Plenário o uso do microfone, não só para perguntas, mas também para a exposição do seu pensamento.

Com a palavra V.Sa., Dra. Fátima.

**A SRA. FÁTIMA ANASTASIA** - Muito obrigada, Exmo. Sr. Deputado Almeida Lima, em nome de quem cumprimento todos os Deputados Federais presentes nesta Mesa e no plenário.

Exma. Sra. Deputada Estadual Luzia Ferreira, em nome de quem, fazendo uma homenagem às mulheres, cumprimento todas as Deputadas e todos os Deputados Estaduais aqui presentes.

Senhoras e senhores presentes, quero cumprimentar especialmente, com um abraço carinhoso, os estudantes do 7º período do Curso de Relações Internacionais da PUC-MG, que estão participando desta discussão, os membros de organizações da sociedade civil, associações profissionais e todos os presentes.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer muito esse convite que me foi feito, que aceitei com muito prazer e muita honra, ciente de que estou aqui diante de uma responsabilidade muito grande. Na verdade, todos nós que teremos oportunidade de nos manifestar hoje, aqui, estamos contribuindo para a agenda da reforma política no Brasil, estamos contribuindo de alguma forma para a discussão relativa às instituições políticas da democracia brasileira. E essa é uma tarefa que muito nos honra e ao mesmo tempo pesa, porque obviamente temos que arcar com a



responsabilidade de fazer propostas e críticas, de propor discussões e, eventualmente, levantar polêmicas relativamente ao tema da reforma política.

Eu gostaria de tomar o fio da meada de algumas coisas que já foram ditas. Na verdade, a agenda da reforma política, tal como está posta hoje no Brasil, já foi relativamente levantada pelos que me antecederam. Portanto, não vou me delongar muito, repetindo as principais propostas e os principais temas que frequentam essa agenda, embora, lateralmente, vá me deter em algumas dessas propostas.

Eu gostaria de retornar a algumas ponderações feitas, relativas à reforma possível no Brasil, hoje. E gostaria de contrapor duas perguntas: Qual é a reforma política desejável hoje no Brasil? É possível coincidir a reforma possível com a reforma desejável?

Eu temo por isso. Muitas vezes, quando falamos em reforma política, detemo-nos muito nesse cálculo das possibilidades de coordenar vontades, interesses, preferências e nos esquecemos de discutir mais a fundo as desejabilidades e as consequências que determinadas propostas e medidas poderão vir a produzir, relativamente ao nosso sistema político.

Então, antes de continuar, quero esclarecer que o que vou dizer aqui não é produção de origem exclusiva minha, mas tem origem numa reflexão que há muito tempo vem sendo desenvolvida, coletivamente, no âmbito do Centro de Estudos Legislativos da Universidade Federal de Minas Gerais, ao qual tenho a honra, o orgulho e o prazer de pertencer. E o que vou dizer aqui tem a ver com artigo que está em produção, de autoria minha e de duas colegas, a Profa. Marta Mendes da Rocha, aqui presente, e a Profa. Magna Inácio, ambas do Centro de Estudos Legislativos.

Então, gostaria de começar com as perguntas: Reformar o quê? E reformar para quê?

Por que pergunto “reformar o quê”? Na verdade, quando falamos em reforma política, no entendimento mais amplo, como já proposto pelo Deputado, não devemos restringir à proposta relativa aos procedimentos de constituição da representação, aos procedimentos daquilo que chamamos de método da constituição da representação, por meio do qual vamos, então, prover a



representação política, o que fazemos de 4 em 4 anos aqui no Brasil, pelo procedimento eleitoral.

O que me chama muito a atenção, no caso da proposta de reforma política hoje em tela, é que a ênfase quase que exclusiva se refere exatamente à reforma do sistema eleitoral brasileiro e à reforma do sistema partidário. E, desculpem-me a franqueza, não me parece que seja sempre no sentido do aperfeiçoamento desse sistema. Vou justificar porque estou levantando esta questão.

Parece-me, inicialmente, que há outros caminhos muito importantes a serem perseguidos e a serem trilhados, caminhos esses relativos à observância do que acontece na democracia brasileira nos interstícios eleitorais, nos períodos entre as eleições. E que deveríamos também discutir aqui a possibilidade, a necessidade e a desejabilidade da reforma das instituições que dão suporte ao exercício da representação política nos interstícios eleitorais. Parece-me, se formos analisar o arranjo institucional brasileiro vigente desde a Constituição de 1988, com o conjunto de alterações que já foram feitas, inclusive por consequência de mudanças constitucionais, que temos um arranjo no que se refere ao que estamos chamando aqui, apoiados em Giovanni Sartori, de “método de constituição das instâncias decisórias”: o Poder Executivo, o Poder Legislativo.

E aproveito para lembrar que, quando falamos em Poder Legislativo, não estamos falando exclusivamente do Congresso Nacional. Parece-me muito interessante o fato de que há certa dificuldade ou há o esquecimento de que o Poder Legislativo é constituído pela Câmara dos Deputados, pelo Senado Federal, que conjuntamente compõem o Congresso Nacional, mas também por 26 Assembleias Legislativas, pela Câmara Legislativa do Distrito Federal e por 5.565 Câmaras Municipais.

É muito importante pensarmos como estas propostas que estamos aqui debatendo vão incidir sobre a representação política, não apenas no âmbito do Congresso Nacional, composto por esses seiscentos e alguma coisa Parlamentares, na representação exercida pelos Deputados Federais e pelos Senadores, mas também como estas propostas vão repercutir no âmbito da representação política que se dá nos Estados e nos Municípios da nossa Federação, e, especialmente, se



estas propostas vão facilitar ou dificultar uma interação mais cooperativa entre esses diferentes níveis de representação da Federação brasileira.

Então, a primeira questão que eu queria levantar aqui é esta: o tema da Federação já foi levantado; somos uma Federação. Do meu ponto de vista, devemos continuar sendo uma Federação e devemos fortalecer esta Federação.

Também foi dito pela Deputada Luzia — eu achei muito interessante — que, no âmbito do Poder Executivo, já há mecanismos que permitem a participação da sociedade civil organizada, dos cidadãos, a exemplo dos conselhos temáticos de políticas públicas e setoriais. São mecanismos institucionalizados.

Sabemos também que a gestão e a entrega das políticas públicas aos cidadãos, no Brasil, estão organizadas de forma federativa. No entanto, não temos um acompanhamento por parte do Poder Legislativo. Esse acompanhamento também deve ser organizado federativamente, seja no sentido de que em cada nível da Federação nós tenhamos o Poder Legislativo capacitado para exercer seus poderes fiscalizatórios, no mesmo nível da Federação, seja principalmente — e este tema me parece crucial — no sentido de criar o que o autor chamado Cameron chama de federalismo interlegislativo, ou seja, a possibilidade de termos uma rede de responsabilidades cruzadas que permita aos Legislativos, às Casas legislativas nos diferentes níveis, exercerem o seu dever constitucional de acompanhamento, monitoramento, fiscalização e avaliação do que está sendo entregue aos cidadãos, em termos de políticas públicas.

Eu estou usando isso como exemplo do que me parece ser exatamente este *gap*, este vazio na agenda da reforma política, relativamente ao tratamento de questões relacionadas ao exercício da representação nos interstícios eleitorais e relativamente à maneira como nós só podemos pensar na questão relacionada ao método de representação olhando para o contexto do exercício da representação política, porque essas coisas estão absolutamente ligadas.

Portanto, a pergunta “*reformular o quê?*” nos leva à seguinte reflexão: a reforma política é a reforma das instituições políticas, das regras formais do jogo político. E, quanto à pergunta “*reformular para quê?*”, parece-me que o grande desafio é o de reformar para aperfeiçoar a democracia, para aperfeiçoar a representação democrática.



Como nos ensina o autor Adam Jaworski — os alunos sabem que eu tenho obsessão por ele —, a representação democrática é alguma coisa que combina os mecanismos de responsabilidade pública e responsividade pública, ou seja, a ordem democrática tem que ser responsiva aos interesses do cidadão, às suas demandas, às suas preferências, e, ao mesmo tempo, tem que ser responsável, passível de controle público por parte dos cidadãos, dos grupos organizados.

Aí nós estamos falando, quando falamos em responsabilidade política democrática, tanto da sua vertente horizontal — os famosos *cheks and balances*, a capacidade de um poder controlar, fiscalizar e monitorar o outro — quanto do que chamamos de responsabilidade vertical, ou seja, a capacidade dos cidadãos de controlarem, monitorarem e fiscalizarem os representantes eleitos, de forma que eles possam reconstituir o que na literatura chamamos de cadeia causal, que liga as demandas às políticas, e as políticas aos resultados produzidos.

Temos aí um enorme desafio porque sabemos que há várias estratégias procedimentais em operação nas Casas legislativas que visam exatamente dificultar a reconstituição dessa cadeia causal. Eu me refiro, por exemplo, para ilustrar o argumento, à questão do voto secreto no âmbito do Poder Legislativo. Qual é a justificativa para que haja voto secreto? Exceto, parece-me — esta é a minha opinião —, no caso do voto para manter ou derrubar o veto do Presidente, do Governador ou do Prefeito, que, por motivo óbvios, é prudente que seja secreto, o voto dos nossos representantes deveria ser aberto, porque só desta maneira nós podemos, efetivamente, responsabilizá-los pelos seus atos, por suas omissões. O voto aberto é uma condição para o exercício da representação democrática, para que nós possamos, em cada eleição, recompensar ou punir os nossos representantes pelo que fizeram ou deixaram de fazer.

A mim me espanta que esse não seja um tema central da agenda da reforma. Um tema que, inclusive, como outros a que eu vou me referir aqui, eventualmente teria menores custos decisórios, na medida em que não implica reformas constitucionais, não implica coordenação de maiorias qualificadas, que obviamente são difíceis de produzir e exigem todo um esforço de coordenação que não é banal.

Do meu ponto de vista e do ponto de vista das minhas colegas, com as quais estou escrevendo um artigo, há várias propostas que poderiam ser implementadas a



baixo custo decisório exatamente porque não exigem maiorias qualificadas. E, no entanto, nós sentimos falta de um debate mais aprofundado.

Eu dei alguns exemplos e vou tentar dar outros exemplos, rapidamente.

Resumindo um pouco, a questão é: a agenda da reforma política, tal como está posta hoje, está voltada prioritariamente para esses mecanismos relacionados à constituição da representação, ao processo eleitoral, ao sistema partidário, e quase não trata de questões relacionadas ao exercício da representação nos interstícios eleitorais.

Fazendo um balanço dos documentos oficiais das Comissões, que estão disponíveis para consulta, o que eu encontrei mais próximo, relacionado ao exercício da representação, foi a questão da fidelidade partidária, questão essa que já foi objeto de decisão, num certo sentido, pelo Supremo Tribunal Federal.

Nós fizemos, em 1993, um plebiscito sobre forma de governo e sistema de governo. Parece-me, apesar de ainda haver claramente preferências intensas por parte de alguns partidos, relativamente ao sistema de governo parlamentarista, que nós já chegamos à conclusão, no País, de que somos uma república presidencialista e que dificilmente reverteremos isso. Portanto, é um tema que está fora da reforma. E eu acho que é bom que seja assim.

Eu segundo, lugar, sobre a questão da Federação também me parece que, prudentemente, não há ninguém querendo alterar isso. E acho bom que seja assim. Mas ainda há aqueles — e me desculpem os que defendem; eu fui chamada para falar e ouvir; portanto, estou falando, emitindo a minha opinião — que defendem, com o legítimo direito de defender, a mudança do nosso sistema de representação proporcional. Eu, particularmente, acho — e tentarei argumentar nesse sentido — que o sistema de representação proporcional é o mais democrático. E a experiência internacional tem reiterado isso.

Por que é o sistema mais democrático? Porque permite a expressão política das minorias. Isso é absolutamente crucial numa democracia, porque não se formam maiorias artificiais em jogos de soma zero, nos quais quem ganha ganha tudo e quem perde perde tudo.

O nosso sistema de representação proporcional tem problemas? Tem vários. Há distorções? Há vieses? Há vários. Mas eu sou a favor de muita moderação e



temperança na hora de discutirmos isso, para não jogarmos fora a criança junto com a água do banho. Porque o sistema é falho, porque o sistema tem vieses não me parece que seja justificativa suficiente para, em vez de corrigirmos os vieses, mudarmos completamente a natureza do sistema de representação.

Eu sou proporcionalista porque concordo com parte importante da literatura, da teoria democrática contemporânea. E me apoio num autor consagrado, Arend Lijphart, que afirma taxativamente que o sistema de representação proporcional é mais democrático, e o é porque permite exatamente a expressão política das diferentes minorias, proporcionalmente à sua força política na sociedade.

Agora, nós praticamos aqui o sistema de representação proporcional, com alguns problemas muito complicados que estão sendo objeto desta reforma. E me parece, sim, que faz todo o sentido essas questões estarem na agenda.

Primeiro, a questão das listas abertas. Aqui foi dito que, depois de 2 anos — eu não diria nem depois de 2 anos, eu diria mesmo depois de 6 meses —, grande parte dos cidadãos não sabe apontar quais foram os candidatos agraciados com o seu voto. É verdade. Mas não vamos culpar os cidadãos. Vocês sabem por quê? o que ocorre é o seguinte: se raciocinarmos sobre como opera o nosso sistema de listas abertas, veremos que há um enorme procedimento, um instrumento de transferência de votos, como todos vocês sabem, procedimento esse que se torna ainda mais dramático com as coligações para eleições proporcionais.

Então, vamos supor que um cidadão tenha votado em João, do partido “x”. João não obteve votos suficientes para ficar numa posição competitiva na lista partidária; portanto, ele não vai receber votos; ele vai entregar votos àqueles que estão mais bem posicionados na lista. Em qual lista? Pode ser a lista partidária ou a lista da coligação.

O meu colega Carlos Ranulfo, da UFMG, diz algo que eu costumo repetir porque acho muito interessante: tal como estão organizadas as coligações para as eleições proporcionais aqui no Brasil, corre-se o risco de votar num candidato de extrema esquerda e eleger um candidato de extrema direita, de votar num comunista e eleger alguém que não tem nada a ver com aquilo, porque nós sabemos que os comunistas, em geral, não têm religião...



**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Professora, o Tiririca elegeu o Protógenes. É o caso perfeito.

**A SRA. FÁTIMA ANASTASIA** - É o caso. Exatamente.

São agnósticos. Era o que eu queria dizer. Vota-se num agnóstico e elege-se um evangélico. Por aí vai. Não é à toa que as pessoas não sabem em quem votaram. A grande maioria de nós não elegeu o candidato em que votou. Portanto, nós não sabemos quem é o nosso representante.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. FÁTIMA ANASTASIA** - Isso. Você chama de voto no escuro?

Sendo assim, eu particularmente acho e penso que, se alterássemos o tipo de lista — nem me refiro a mudar o sistema de representação proporcional —, já seria uma grande contribuição.

De que maneira? Se vocês perguntarem qual é a minha preferência, eu direi que é pelo sistema de listas flexíveis, listas que vêm preordenadas, a partir do ordenamento feito pelo partido, mas o eleitor pode escolher a legenda e portanto referendar aquele ordenamento ou alterar os lugares na lista, entre os candidatos. Se ele prefere o candidato que está em décimo lugar e não o que está em primeiro, ele põe o nº 1 naquele que está em décimo lugar e assim sucessivamente.

Gostaria de ouvir os Srs. Deputados sobre isso, mas concordo que talvez seja difícil hoje adotar esta proposta. Então, como a segunda preferência, eu escolheria o sistema de lista fechada. Então, eleições proporcionais com listas fechadas, organizadas pelos partidos.

Dizem vários analistas e vários políticos, com muita razão: *“Ora, há um enorme risco de oligarquização ainda maior dos partidos e da política, com a adoção do sistema de listas fechadas, na medida em que os partidos construiriam as listas, e os eleitores não teriam como agir sobre isso”*.

É verdade. Mas me parece que essa oligarquização já existe. Não é verdade? Os eleitores não têm muitas condições de influir na decisão sobre quem entra numa lista ou não. Ele pode alterar.

Segundo, parece-me que é muito importante chamar a atenção para o fato de que, se nós queremos reformar para aperfeiçoar a representação democrática no Brasil, devemos incentivar a prática da democracia interna, no âmbito dos partidos



políticos. Os nossos partidos ainda hoje são instituições muito oligárquicas. Então, se nós incentivássemos a prática da democracia interna, na constituição, na composição das listas partidárias; a prática da realização de prévias partidárias para eleições majoritárias, quando houvesse mais de um candidato, como rezam alguns estatutos partidários que nem sempre são respeitados e observados; a prática do acompanhamento mais de perto e da identificação mais orgânica dos cidadãos com os partidos políticos, creio que todos nós teríamos a ganhar e que a democracia seria muito aperfeiçoada.

Portanto, parece-me que, nesse quesito, nós poderíamos levantar esta proposta e ver o que... Aliás, pelo que eu andei lendo nos últimos dias, parece-me que é uma das recomendações da Comissão do Senado que se mantenha a representação proporcional, com listas fechadas. Se eu não me engano. Corrijam-me se eu estiver...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. FÁTIMA ANASTASIA** - É isso mesmo.

Outra questão, também relacionada a esse eixo do método da constituição das instâncias decisórias, que está em discussão — e a mim me parece de forma muito adequada —, é a do fim das coligações para eleições proporcionais.

Eu, particularmente, acho que não faz sentido. Nós estamos sob um sistema pluripartidário, com ampla liberdade de organização partidária. Nós não temos cláusulas de barreira ou cláusulas de desempenho rígidas. Portanto, parece-me interessante que o partido se faça representar, desde que ele consiga pelo menos o quociente eleitoral para uma cadeira. Se ele não conseguir esse quociente eleitoral, será um pouco artificial que ele seja puxado para obter uma cadeira pelo desempenho dos seus colegas dos outros partidos da coligação. Essas coligações enviesam muito a representação.

É uma questão que pertinentemente está na agenda e que deve ser enfrentada com bastante cuidado.

Outra questão em torno da qual me parece estar sendo construído um consenso é a relativa ao financiamento exclusivamente público de campanha. Eu queria fazer uma ponderação. Imagino que se nós pensarmos nos direitos liberais, da ordem liberal, mais do que nos da ordem democrática, o fato de não permitir que



um cidadão possa contribuir para a campanha do seu candidato viola um direito do cidadão. É o que me parece. O financiamento exclusivamente público tira do cidadão esse direito.

Eu acho que talvez fosse mais prudente nós pensarmos em como restringir, de alguma forma, o financiamento da campanha. Nós temos hoje o financiamento misto, mas nós, por exemplo, permitimos — corrijam-me se eu estiver errada — que empresas possam financiar campanhas, não é verdade? Empresas podem financiar, pessoas jurídicas.

Então, se é a empresa, não é o cidadão. Empresa não tem direito civil. A empresa não vota. Eu acho que nós poderíamos manter o direito do cidadão como pessoa física, com um limite de contribuição, para podermos equalizar a possibilidade de contribuições, e não permitir que as empresas participem desse financiamento.

Por quê? Porque obviamente aí nós temos uma enorme desigualdade, em termos da distribuição de recursos, ademais das questões aqui já levantadas sobre onerar as empresas. Creio que onera a política brasileira e, num certo sentido, complica muito um dos princípios basilares da democracia: a igualdade política. Acho que nós deveríamos também observar isso.

Uma importante medida que poderíamos tomar, ainda no que se refere ao financiamento, seria adotar mecanismos mais visíveis, mais transparentes de controle público em tempo real do financiamento, ou seja, durante a realização das eleições.

Aqui no Brasil, se não me engano, nós temos alguns momentos estáticos no tempo, em que os partidos e os candidatos devem prestar contas. Mas há experiências internacionais muito interessantes que nos mostram que é possível fazer o acompanhamento em tempo real — isto é feito — de toda a movimentação financeira da campanha.

Por exemplo, eu quero saber qual a participação e a contribuição do Sr. João na campanha do candidato “xis”. Eu acesso o *site* do órgão controlador que está responsável por isso. Ele informa que o Sr. João contribuiu com tantos mil reais — há uma coluna da receita — e informa também que a contribuição foi para tais despesas.



Isso acabaria com as despesas não contabilizadas de campanhas? Não, não acabaria, mas certamente dificultaria muito. E também seria um enorme e importante instrumento de sinalização para os eleitores, a respeito de quais serão os compromissos posteriores dos seus candidatos, uma vez que nós sabemos quais são os seus apoiadores consistentes, quais são aqueles que estão participando mais ativamente do financiamento de sua campanha.

Eu já falei muito, não é? Vou só fechar. Desculpem-me. Tenho que me policiar e me disciplinar. Vou tentar falar mais rápido só para fechar o meu raciocínio.

A nosso ver, meu e das colegas que estamos elaborando esse trabalho, os principais problemas da democracia brasileira relacionam-se mais ao exercício da representação política, como eu já falei, do que propriamente ao método de constituição.

Esse exercício da representação política é um tema, por exemplo, muito caro à questão dos padrões de interação entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo no Brasil.

Nós sabemos que há uma enorme concentração de poderes de agenda e de veto nas mãos do Executivo e que isso é perverso para a democracia. O Poder Executivo pode editar medidas provisórias, que têm força de lei, no momento em que são editadas; o Poder Executivo tem exclusividade na iniciativa legislativa de um conjunto de matérias; o Poder Executivo — estou falando do Presidente, no caso — pode pedir urgência para os projetos de sua autoria, e o pedido de urgência significa atropelar o processo de discussão nas Comissões, ocasionando perdas em termos da discussão fundamentada, que seria mais apropriadamente pelas Comissões.

Nós temos também mecanismos nos Regimentos Internos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal que concentram poderes nas mãos das lideranças partidárias, que, como foi dito há pouco, não necessariamente lideram grupos tão grandes de pessoas, mas especialmente das lideranças das maiorias governistas. Ora, a mudança no Regimento Interno dessas Casas seria uma mudança de muito menor custo do que uma reforma constitucional, que exige maioria qualificada.

Seria possível se tentar modificar o exercício da representação, diminuindo a assimetria de informações, que ainda é muito grande entre as lideranças partidárias



e o conjunto dos legisladores, entre os legisladores e os cidadãos, entre os legisladores, os cidadãos e os líderes de coalizões. E outras coisas poderiam ser feitas com muito proveito para a democracia brasileira, como, por exemplo, a institucionalização do *lobby*. Existe *lobby* no Brasil, só que ele não está ainda devidamente institucionalizado. A democracia ganharia muito com essa institucionalização, porque transformaria esse *lobby* num procedimento mais transparente, mais passível de controle público.

Outra questão que eu já mencionei, mas vou repetir, é a adoção do voto nominal para praticamente todas as decisões no âmbito das Casas legislativas, exceto as referentes ao exame de veto de Presidente, Governador ou Prefeito.

E podemos também pensar em redes de responsabilidades cruzadas que permitam interação entre as Casas legislativas dos diversos níveis da Federação, para que possamos efetivamente acompanhar, monitorar e avaliar com maior pertinência e *expertise* as políticas públicas que estão sendo entregues federativamente aos nossos cidadãos. Essa questão me parece também muito importante e implica a construção de um conjunto de capacidades institucionais por parte dos nossos Legislativos e o desafio de aumentar, e muito, o nosso grau de desenvolvimento institucional — e quando digo nosso, refiro-me ao Legislativo.

Eu ia fazer uma brincadeira, mas não vou mais. Tenho uma sobre o Executivo e outra sobre o Legislativo.

Então, quando eu falo “nosso” é do Legislativo. Eu sou uma pessoa que tem o maior apreço pelo Poder Legislativo. Eu acho que sem Poder Legislativo não há democracia. E com Poder Legislativo capenga, a democracia é capenga. Portanto, o aperfeiçoamento do Poder Legislativo é condição absolutamente necessária para o aperfeiçoamento da democracia. E o faremos na medida em que o Legislativo for capaz de recuperar prerrogativas perdidas, como o exercício efetivo das suas funções de representar, legislar e fiscalizar e a representação dos cidadãos e dos grupos organizados. Isso pode se dar, por exemplo, pelo fortalecimento do sistema das Comissões, de forma que o Poder Legislativo possa falar de igual para igual com o Poder Executivo, na medida em que o sistema das Comissões tenha uma correspondência muito próxima com o portfólio ministerial, e elas possam, efetivamente, examinar com pertinência as matérias que vêm do Poder Executivo.



Essa questão do desenvolvimento institucional me parece absolutamente importante.

Para finalizar, eu quero também chamar a atenção para o fato de que instituições não fazem milagres. Nós não podemos pensar que basta reformar as instituições para que a nossa democracia funcione melhor. As instituições operam sob certas condições — econômicas, sociais, culturais e políticas.

As mesmas instituições podem ter desempenhos diferentes sob diferentes condições. Nós temos uma enorme agenda de desafios democráticos que se relaciona com a observação das condições sob as quais as nossas instituições democráticas funcionam. E essa questão nos remete a temas que também são recorrentes na política brasileira: os problemas da desigualdade, das políticas sociais, da infraestrutura para que se possa ter efetivamente o crescimento sustentável etc.

Nós devemos também levantar esse tema de que a democracia, como diz Adam Przeworski, expressa o jogo combinado de instituições e condições. As instituições não operam nas nuvens. E não adianta termos um conjunto institucional, um arranjo institucional absolutamente democrático, se não conseguirmos transformá-lo em capacidades efetivas para o conjunto dos cidadãos, para o exercício dos seus direitos e deveres de cidadania. Esse é um desafio importante que também está posto na nossa agenda de reforma, na nossa agenda de aperfeiçoamento da democracia brasileira.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Almeida Lima) - Agradeço a V.Sa. as palavras.

Concedo a palavra ao primeiro debatedor, Sr. Sérgio Cavalieri, Vice-Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais. Logo a seguir, darei a palavra ao Presidente da Central Única dos Trabalhadores, Sr. Marco Antônio de Jesus.

Com a palavra o Sr. Sérgio Cavalieri.

**O SR. FRANCISCO SÉRGIO SOARES CAVALIERI** - Boa tarde a todos. Boa tarde, Deputado Almeida Lima, Presidente desta importante Comissão. Gostaria de saudar também não só todos os Deputados Federais aqui presentes, mas também



os Deputados Estaduais, na pessoa do Deputado Dinis Pinheiro, Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, que acolhe este debate nesta tarde. Quero saudar também os companheiros de Mesa.

Para nós, da Federação das Indústrias, é uma responsabilidade, mas que assumimos com muita dignidade, estar aqui representando o setor empresarial, o setor produtivo neste debate.

A reforma política busca, sobretudo, um aperfeiçoamento da democracia. E é dessa forma que as classes empresariais, as classes produtivas se colocam, com o objetivo de aperfeiçoar a democracia; o livre mercado, a economia social de mercado, aquela que busca o desenvolvimento integral da sociedade e não visa apenas o lucro das empresas; a importância da liberdade de imprensa, a expressão das pessoas, dos cidadãos; e a busca da ética e da integridade da nossa sociedade, baseada em valores maiores, que sempre nortearam a construção da sociedade brasileira.

Desejamos um sistema político que funcione bem, para que o País possa funcionar bem e melhor do que na atualidade, com uma sociedade mais avançada, não só economicamente, não só no tocante aos bens materiais, mas também em cidadania, ordem, respeito, moral, ética, com o jeito reto de agir intrínseco a sua cultura.

Essa reforma política deve privilegiar uma maior participação popular, um crescimento da consciência popular com relação à cidadania, com seus deveres e obrigações de todos os cidadãos com o Estado, com a comunidade. Ela deve levar a que o setor político funcione de maneira mais efetiva, com o Legislativo efetivamente legislando, criando leis, votando; com os partidos fortalecidos, com as suas propostas, linhas programáticas, clareza de posições; e principalmente com um sistema político que funcione de maneira limpa, transparente, isento de desvios e corrupção.

A reforma precisa buscar o acompanhamento pelos cidadãos do que está sendo conduzido pelos políticos. E isso só é possível se, cada vez mais, avançarmos na transparência. Hoje os meios de comunicação permitem isso com muita rapidez, com muita velocidade. É possível que uma grande massa da



população já tenha acesso a Internet, telefone celular e outros mecanismos que permitem esse acompanhamento de todo o sistema político.

Precisamos chegar a sistemas que sejam mais efetivos com relação à qualidade dos nossos representantes. Mesmo com toda a transparência é difícil, às vezes, para o eleitor identificar as pessoas, as propostas e o passado daquelas pessoas.

Aqui gostaria de citar a Lei da Ficha Limpa, que foi uma iniciativa popular e um avanço, acreditamos nós, uma minirreforma política.

Entendemos que a política é necessária, porque ela ordena as relações, organiza a sociedade, dignifica o ser humano. Ela tem o grande objetivo de trazer a liberdade e a justiça, com ética e participação. E o seu grande objetivo deve ser a busca do bem comum da sociedade. Ou seja, condições que confirmem aos homens e mulheres dignidade de vida no aspecto material, cultural e espiritual.

Nós, do setor produtivo, trazemos aqui algumas sugestões sobre a reforma que devemos buscar, aquilo que é possível ou efetivamente necessário. Entendemos que a reforma política é uma das mais importantes. Costuma-se dizer que ela é a mãe das reformas, porque de fato ela define, ordena, a partir da nossa representação, tudo o que dali deriva.

Entendemos como sendo um avanço da nossa democracia, que é recente, e pode representar também um avanço na questão da cidadania. Ainda temos muito a avançar nesse verdadeiro valor, para que o cidadão brasileiro ainda perceba o poder do seu voto. Ela, com certeza, traz esse grande valor que a sociedade brasileira conquistou, que é a liberdade, a livre manifestação, dentro, logicamente, da ordem, do respeito, da decência. Queremos a ética na política, no meio empresarial e na própria sociedade.

Ela é importante porque traz relações transparentes entre a iniciativa privada e o mundo político. Isso, às vezes, no sistema atual, não é transparente. Isso não é dado a conhecer a todas as pessoas, e isso não agrada o setor empresarial produtivo.

E queremos dizer que reconhecemos a nossa principal competência em produzir, em criar bens e serviços para a sociedade. Não somos especialistas na matéria, mas existem outros estudiosos mais capacitados que poderão descer a



fundo nos detalhes da reforma. Mas queremos participar, opinar e dar a nossa contribuição. Estamos bastante convencidos de que o sistema atual já cumpriu o seu papel. Ele está esgotado na sua capacidade de avançarmos mais na construção de um modelo democrático mais rico.

Justificamos a necessidade dessa reforma porque o modelo atual é caro para a sociedade. Nós, empresários, costumamos dizer que pagamos muito imposto, mas, na realidade, somos transferidores de impostos. Quando todo o sistema de Governo nos exige os impostos, nós incluímos nos preços e vamos, na medida do possível, buscar isso dos cidadãos, dos consumidores. Então, em última instância, quem realmente paga toda a carga tributária do País é o cidadão, o consumidor. Nós temos a convicção de que somos repassadores de impostos e fazemos questão de repassar corretamente tudo o que nos é cobrado. E fazemos questão também de exigir que o Governo gaste menos, com mais eficiência, para que a nossa economia como um todo seja mais competitiva, e não percamos tanta competitividade para outros países que têm sistemas mais eficientes.

O sistema atual carece de maior ligação, de identificação do eleitor com o eleito. O eleitor, o cidadão não se sente representado.

E trazemos aqui alguns pontos específicos. Em primeiro lugar, com relação ao financiamento de campanha. É preciso que haja maior controle por parte do próprio sistema político-eleitoral, para que ele seja menos oneroso. Vemos nas estatísticas que cada vez as campanhas são mais caras, mais custosas e, novamente, quem paga toda essa conta é o cidadão.

Existe nessa busca, nessa necessidade cada vez mais de recursos para as campanhas, um périplo que os políticos, os partidos têm que percorrer atrás de pessoas físicas, que são incapazes de arcar com despesas muito grandes. E eles acabam, então, indo bater às portas das empresas, trazendo ligações nem sempre transparentes; ligações, às vezes, amorais, de toma lá, dá cá; ligações não desejadas entre o público e o privado, podendo até resultar em corrupção.

Acredito que um caminho seja aquele que a Profa. Anastasia apresentou, no sentido de que talvez só as pessoas físicas possam fazer essas contribuições, de acordo com suas convicções pessoais, partidárias, dentro dos programas partidários, e não empresas que buscam retribuições de alguma forma.



Hoje, efetivamente, as empresas distribuem entre vários partidos verbas de acordo com o que a lei permite, verbas legais, para atender a essa demanda, a essa solicitação, muitas vezes, porque as campanhas estão ficando cada vez mais caras, e as pessoas, até com bons propósitos, não conseguem levar adiante suas campanhas, simplesmente porque não têm os recursos para tal.

Quanto à cláusula de barreira, entendemos que deva existir. Não vamos entrar aqui nos detalhes, porque isso fica por conta dos especialistas. O País deve evitar os partidos chamados de aluguel, os partidos muito pequenos.

Na questão do voto distrital puro ou misto, devemos evoluir de forma a aproximar mais o eleitor do seu representado. Então acho que aqui temos avanços a implementar.

Somos favoráveis à fidelidade partidária, sim. Devemos fortalecer os partidos e não somente as pessoas.

Com relação às listas, entendemos que precisamos também evoluir, mas com muito cuidado, a fim de preservar a transparência. Eventualmente, as listas fechadas podem levar o eleitor a uma dificuldade para saber exatamente em quem está votando. É lógico que existe aqui um equilíbrio entre o fortalecimento do partido e o fato de se conhecer quem são os candidatos.

Voto facultativo. A princípio, parece ser uma posição mais razoável, mas, como disse aqui o Deputado Eduardo Azeredo, precisamos ter certo cuidado nessa evolução. Nós ainda estamos crescendo na questão da consciência cidadã das pessoas. Então, no momento em que falarmos que o voto não é obrigatório, podemos sinalizar erradamente ao cidadão que o voto não é importante. Quando há uma eleição em que se exige que o cidadão participe, estamos informando ao eleitor que sua participação é necessária, que ele deve participar, que esse é um ato de cidadania. Assim, precisamos ter um pouco de cuidado, mesmo porque, aqueles que não podem participar, têm mecanismos de justificação.

Toda essa reforma política deve levar também a uma gestão pública mais austera dos recursos dos cidadãos. Ela deve levar também a uma modernização do próprio sistema político, a um aperfeiçoamento da máquina, que começa dentro dos próprios partidos, dentro da própria política, quando se vai fazer as leis, fiscalizar a aplicação dessas leis, fiscalizar o Executivo.



Precisamos elevar o nível de compromisso moral e ético com a política e com a ética na política, expurgando aquelas pessoas que não têm esses valores em primeiro lugar.

Com relação ainda a alguns temas que não estão sendo tratados diretamente, mas um deles foi levantado aqui, a questão do voto secreto durante as sessões que ocorrem no Legislativo, o setor produtivo entende que o voto secreto deve ser usado no mínimo possível, para que se possa dar maior transparência ao Legislativo.

Gostaríamos de levantar um outro tema, o dos gastos com propaganda, não durante o período eleitoral, mas durante os mandatos. Tendo os Governos assumido, tanto Municipais quanto Estaduais e Federais; os Parlamentares, sejam das Câmaras Municipais, sejam das Assembleias Legislativas, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal; e os titulares dos Ministérios, é preciso observar a questão do gasto com propaganda.

Esse tema não foi levantado, mas acredito que possa ser incluído ainda nesta reforma política. Entendemos que há muito gasto com propaganda durante o exercício dos mandatos, e não vemos a menor necessidade disso. Os governos mostram sua competência realizando, agindo em prol da sociedade. Não vemos necessidade de propaganda em jornais, em revistas, em rádios ou em outros meios de comunicação.

Defendemos que as propagandas sejam unicamente as que têm o objetivo de utilidade pública e não o de ficar mostrando o que os governos estão fazendo. Se os governos fazem adequadamente, se atendem à sociedade, eles mostrarão seu trabalho com seus atos no dia a dia.

Por fim, nós do setor produtivo queremos um relacionamento mais harmônico e igualitário, um relacionamento de cooperação com os políticos, desinteressado, do ponto de vista dos nossos próprios negócios, mas comprometido com o País.

Deve haver prevalência dos interesses maiores do País, da nossa sociedade, e não dos interesses particulares. Temos muito o que avançar. Não queremos somente a riqueza econômica, mas principalmente produzir a riqueza social. Devemos pensar — setor produtivo, Governo e políticos de uma maneira geral — como promotores do bem comum e da dignidade humana. Esse deve ser o principal



e mais elevado propósito da sociedade, dos empresários, dos políticos e do Governo.

Somente imbuídos do espírito de solidariedade, de uma ânsia por justiça social, com a prática do amor, poderemos levar adiante a construção de uma Nação com valores, que cresce em cidadania e pujança, e não apenas no PIB.

Queremos um País desenvolvido, mas também uma política desenvolvida, com um povo desenvolvido.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Almeida Lima) - A Presidência agradece ao Sr. Sérgio Cavalleri, Vice-Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, a participação.

Convido o Deputado Edinho Araújo, 1º Vice-Presidente desta Comissão, para assumir a Presidência por alguns instantes, ao tempo em que anuncio a palavra do Presidente da Central Única dos Trabalhadores — CUT, Sr. Marco Antônio de Jesus.

Logo a seguir — já estou desejoso para ouvir o plenário —, falará Vanessa Portugal, do PSTU; logo depois, Paula Coradi; Hermano Melo; Ildes Pacheco, que faz uma meia pergunta, mas gostaria de explicar.

Deixarei por último as perguntas que vieram por escrito. E, evidentemente, há Parlamentares Federais e Estaduais que desejam se pronunciar. Eu também quero me pronunciar, não como Presidente, mas como membro da Comissão, mas o farei por último.

Passo a Presidência ao Deputado Edinho Araújo e a palavra ao Presidente da CUT em Minas Gerais.

**O SR. MARCO ANTÔNIO DE JESUS** - Boa tarde a todos os companheiros e companheiras. Quero cumprimentar os componentes da Mesa, na pessoa do Deputado Edinho Araújo, e dizer da satisfação da Central Única dos Trabalhadores em participar deste debate, um momento importante para a democracia do nosso País. E é muito importante fazer este debate representando aqui a classe trabalhadora.

Quero destacar a necessidade, a importância da reforma política neste momento. Logicamente, depois da fala do representante da FIEMG, achamos que



há, inclusive, um olhar em relação a essa reforma, porque realmente se faz necessária uma reforma política, principalmente naquilo que se refere à questão do financiamento de campanha.

Quero aqui lembrar, de uma forma geral, a importância do movimento social, a importância da sociedade civil, na participação das Diretas Já! e na Constituição de 1988. Com aquele momento de democracia conseguimos chegar ao Brasil de hoje. Acho importante lembrar isso. E agora se faz necessário aperfeiçoar a democracia.

Quero abordar um ponto que foi debatido pela professora com relação à reforma política ideal e à reforma política possível. No nosso entendimento, no entendimento do movimento social, acho que devemos fazer uma reforma política que seja ideal. Temos que buscar uma reforma política que seja aquilo que entendemos como ideal para o povo brasileiro de uma forma geral, para a sociedade de uma forma geral.

Nesse aspecto, acho que poderíamos nos aprofundar no debate de algumas questões relacionadas ao Senado. O povo brasileiro, a Nação brasileira, pergunta para que serve o Senado. Qual é a grande utilidade do Senado? Por que o Senador, hoje, no Brasil tem que ter o mandato de 8 anos? E por que mandato de 8 anos, com a possibilidade de reeleição?

Esse é um debate que a sociedade cobra e que poderíamos fazer de uma maneira geral. A proposta que está indo para votação somente reduz de dois suplentes para um suplente, mas não faz o debate em relação à necessidade ou não do Senado, assim como em relação aos 8 anos de mandato para os Senadores.

No nosso entendimento, a reforma política deve aperfeiçoar a democracia representativa e fortalecer a democracia participativa. Acho que é a forma que temos para trilhar o caminho do desenvolvimento sustentável do nosso País.

Já foi mencionada aqui, mas é importante repetirmos, a questão da atenção sobre o sistema eleitoral com mecanismos de participação e controle social. Entendemos que é extremamente importante a reforma ter esse caráter com relação à participação e ao controle social.

Nesse aspecto, precisamos avançar nas relações democráticas de trabalho e principalmente na democratização da comunicação, da mídia de uma forma geral.



Achamos que é extremamente importante que a comunicação seja democratizada, de fato, no processo da reforma política.

Em relação ao financiamento público de campanha, há uma proposta do movimento social, do movimento organizado, no sentido de que ele seja quase que exclusivo, mas com a participação dos filiados do partido. Aquelas pessoas que são filiadas ao partido podem dar a sua contribuição ao partido. Acho que isso não é problema. Mas temos de fazer algo com relação ao financiamento de campanha, para que possamos dar fim ao abuso do poder econômico, que sabemos acontece nas campanhas eleitorais, e para que possamos dar fim à corrupção e às negociações realizadas com as empresas, que também sabemos muito bem que custam caro para o País. Nós acabamos de ouvir que tudo o que é repassado aos candidatos, assim como acontece com os impostos, é repassado ao preço dos produtos brasileiros, portanto, repassado ao povo brasileiro.

Nos debates, a sociedade tem cobrado muito dos movimentos sindical e social como vamos fazer o financiamento público de campanha, sendo que o País tem dificuldade para investir em educação, em saúde, em segurança. Devemos debater com a população em geral para mostrar que o financiamento público vai custar menos aos cofres públicos, portanto, vai custar menos ao bolso do povo brasileiro.

Sobre o voto em lista, aqui também bastante debatido, quero dizer que defendemos o voto em lista fechada, com alternância e proporcionalidade de gênero. Basta olharmos esta Mesa para percebermos a necessidade de cada vez mais termos mulheres participando da política e dos espaços de poder no País. Entendemos que deve haver alternância e proporcionalidade de gênero — um homem, uma mulher; uma mulher, um homem —, para que façamos a lista fechada, que deve ser discutida e acertada nas convenções partidárias, onde também, logicamente, devem ser discutidas a fidelidade partidária e a fidelidade programática.

Não é possível que os eleitores votem em Senadores e Deputados vinculados a uma programa de partido, e, depois de eleitos, eles tomem decisões da própria cabeça e não a partir das ideias que defenderam durante a campanha, dado que a



sua votação se deu baseada no conteúdo programático e não em suas próprias ideias.

Outra questão que se faz necessário aprofundar no debate é a democracia participativa. Hoje, o número de assinaturas para um projeto de iniciativa popular é de 1,2 milhão. Entendemos que esse número deve ser reduzido, porque, hoje, para criar um partido, se não me engano, são necessários apenas 400 mil votos. Então, seria interessante reduzirmos o número exigido para apresentação de projeto de iniciativa popular.

Também é preciso democratizar o Poder Judiciário, com impedimento da judicialização dos conflitos. Hoje, da forma como está, não há o mínimo de democracia e de debate relativamente ao Poder Judiciário, que, muitas vezes, tem tomado decisões contrárias à sociedade em geral.

Igualmente importante é institucionalizar o caráter deliberativo das conferências, políticas públicas e conselhos nacionais. A professora falou sobre as conferências e os conselhos públicos, mas, na verdade, tanto as conferências quanto os conselhos muitas vezes não têm caráter deliberativo. Não adianta realizar conferências, se não há poder de deliberação.

Outro ponto para nós extremamente importante é estabelecer como limite mínimo a idade de 18 anos, porque atualmente a idade mínima para concorrer a alguns cargos públicos é de 35 anos, o que consideramos extremamente ruim para a juventude, que está participando ativamente da vida política do nosso País. Então, que esses jovens tenham o direito de se candidatar aos cargos públicos.

Outra questão extremamente importante, da qual já falei, é que a gente possa massificar esse tema, esse debate, e fazer com que a sociedade civil possa debater e realmente ter posições no sentido de avançar e aperfeiçoar a democracia no País.

Nós do movimento social entendemos que o financiamento público de campanha é primordial para que possamos ter tanto fidelidade partidária quanto fidelidade programática. Achamos que é muito importante fazer esse debate e avançar com relação ao financiamento público de campanha para poder colocar fim principalmente na corrupção no nosso País.

Obrigado. (*Palmas.*)



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edinho Araújo) - Antes de passar a palavra a Vanessa Portugal, próxima inscrita, eu a concedo ao Deputado Eduardo Azeredo, que quer fazer uma observação, pela oportunidade do tema abordado pelo Presidente da CUT.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO AZEREDO** - O Marco Antônio colocou a questão do gênero, e quero trazer o seguinte ponto: nós temos uma nova eleição para ser feita — poucos sabem disso, é pouco divulgado —, a eleição dos membros do Brasil no Parlamento do MERCOSUL.

Quando assinou o MERCOSUL, o Brasil se comprometeu a ter também membros no Parlamento do MERCOSUL. Essa eleição será no ano que vem, junto com a eleição de Prefeitos, ou em 2014. Já existe, entretanto, um acordo — já foi aprovado o projeto na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara — no sentido de que a forma de eleger esses Deputados será via lista fechada. Existe um acordo dos principais partidos: PSDB, PT, DEM, PMDB. Não há outra alternativa.

Na verdade, é uma solução por exclusão. Como vamos eleger no Brasil inteiro 37 pessoas para representar o Brasil lá em Montevideu? Não tem jeito de ser por distrito, é difícil — Distrito Sul, Distrito Amazonas, por sistema proporcional. Vou pedir voto no Amazonas, se eu for candidato? Por sistema misto também é difícil. Então, por exclusão quase, se chega a essa eleição.

Nesse processo de lista fechada para o MERCOSUL, o acordo é no sentido de que se tenha também essa sequência de gênero. Ou seja, dos primeiros cinco da lista, 40% têm que ser de um dos dois, ou homem ou mulher. Tem que ser assim, dessa maneira, a formação dessa lista.

É um assunto que eu queria trazer para conhecimento. Ele se encaixa dentro do que eu tenho dito, a experiência. Ou seja, nós vamos ter, provavelmente — não está votado ainda, mas provavelmente —, uma experiência de lista fechada a partir de 2012 ou de 2014. Depois, se der certo, podemos até partir para isso, em eleições futuras.

É o que eu queria trazer, Sr. Presidente.

Obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Almeida Lima) - Sra. Vanessa Portugal, dirija-se, por favor, ao microfone.

Logo a seguir, será a vez de Paula Coradi. Pediria que se aproximasse também, para ganharmos tempo.

**A SRA. VANESSA PORTUGAL BARBOSA** - Boa tarde a todos e a todas.

Não vou me atrever a me referir a nenhuma pessoal em especial, porque acho que todas as pessoas que estão aqui têm a mesma importância e contribuição no debate.

Bem, sou Vanessa, representante do PSTU nesta Comissão e Presidente do PSTU em Belo Horizonte. Já fui candidata pelo partido por diversas vezes a cargos majoritários e gostaria de trazer a contribuição do PSTU para esse debate.

É do conhecimento de boa parte das pessoas que estão aqui que o PSTU propõe transformações muito mais profundas na sociedade do que as que estão sendo debatidas neste momento. Lutamos e vivemos por essas transformações.

No entanto, sobre o tema pertinente e as questões colocadas, vamos trazer algumas questões pontuais, pois achamos que neste momento histórico que o País está vivendo é pertinente que um partido da nossa natureza traga aqui.

Algumas questões achamos fundamentais — como, por exemplo, desligar o celular é uma delas (*risos*) — e queremos debater, inclusive apresentar algumas propostas que foram colocadas pela Mesa. Uma delas trata do financiamento público exclusivo de campanha. Queremos inclusive fazer uma polêmica com a discussão que trata a questão da pessoa física *versus* pessoa jurídica. Atrás das pessoas jurídicas existem as pessoas físicas. Não é verdade que é um direito igual, de qualquer cidadão neste País, a contribuição voluntária para os seus candidatos. Não é dado o mesmo direito aos trabalhadores ou aos grandes empresários, banqueiros, latifundiários. E aqui, sem a menor ofensa de classe, mas por uma constatação da realidade, permanecendo o direito da pessoa física de contribuir, ainda é o poder econômico que determina quem é eleito no País, não resta dúvida.

O que o Deputado dizia da humilhação de bater à porta dos grandes empresários permanece, se não pedindo como pessoas jurídicas, mas pedindo como pessoas físicas. O direito do cidadão não é igual neste País, porque as condições de vida não são iguais. Por isso defendemos o financiamento público



exclusivo de campanha, inclusive porque é assim que achamos que vai haver mais dinheiro do Estado para educação e para saúde. Se não houver beneficiamento econômico dos grupos que sustentam as candidaturas, vai sobrar mais dinheiro para educação e para saúde. Então, este é um debate que o PSTU quer trazer para este fórum, com bastante veemência. É um debate que levamos a praticamente todas as nossas campanhas eleitorais.

Outra discussão que para nós é muito importante — e não vou falar sobre todas com detalhamento, por causa do tempo — é a questão da lista fechada se contrapondo ao voto distrital. Nós defendemos que as ideologias partidárias, defendemos, não, temos a clareza de que elas existem, cada qual na sua concepção, e que elas precisam ser explicitadas, e essa seria uma forma de explicitá-las.

E quanto ao direito dos trabalhadores de se candidatarem? Tem um ponto que está em debate com pouca evidência. Hoje os funcionários públicos têm o direito de se liberar do trabalho, quando se candidatam, com os seus vencimentos. Na verdade, defendemos que esse direito seja estendido para os trabalhadores da iniciativa privada, porque é o único meio legítimo de um trabalhador disputar o processo eleitoral, uma vez que ele não tem como fazer campanha e sobreviver ao mesmo tempo se o seu salário não é garantido.

Também nos parece importante, e já foi dita na Mesa, a questão de como a democracia se exerce entre os processos eleitorais. Costumamos dizer que o direito democrático no Brasil hoje se restringe a apertar uma tecla na urna eletrônica no momento das eleições. Daí para a frente acabou a democracia, porque o trabalhador, o cidadão comum não tem mais o direito de participar. Parece-nos que as ideias dos plebiscitos para as decisões de maior monta e que modificam principalmente a Constituição devem ser levadas em conta, e outras formas de representação direta que conjuguem com a representação indireta via eleições.

E é claro — um outro assunto que vou deixar para outro companheiro que está inscrito desenvolver melhor mas que eu gostaria de citar — há a questão das cláusulas de barreira. Entendemos boa parte do que foi dito, mas reivindicamos o direito legítimo dos partidos pequenos, que representam pensamentos de pequenas minorias e que não vendem legenda, não vendem o seu horário na televisão e



existem por defender uma ideia. E achamos que não cabe a um processo que se queira dizer democrático impedir que esses partidos representem e digam quais são as suas ideias. Não é verdade que essas maiorias circunstanciais para esse ou aquele grupo político sejam feitas simplesmente pelos partidos pequenos. Vemos partidos grandes que também se movimentam de uma posição para outra com muita facilidade, a depender de quem está no poder em determinado momento.

Temos participado tanto da Frente Parlamentar quanto da plataforma popular que está discutindo a reforma política e viemos aqui com essa mesma intenção. Queremos sentar, discutir, ter um espaço para colocar nossas questões e, guardadas nossas diferenças, fazer um debate respeitoso com todas as posições que estão colocadas.

Vamos deixar aqui nosso documento.

Obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Almeida Lima) - Por gentileza, gostaria de pedir a todos que fizerem uso da palavra que se identifiquem para a taquigrafia fazer o apanhado. Todo o trabalho de debate está sendo gravado e a taquigrafia está colhendo as informações. Portanto, peço que declinem o nome e a entidade, se representarem alguma.

V.Sa. tem a palavra.

**O SR. JOSÉ CUNHA** - Boa tarde, Srs. Deputados, pessoal presente no plenário, esta é uma oportunidade ímpar que está acontecendo na nossa cidade. Meu nome é José Cunha, pertenço ao partido político PRB, mas não estou em nome dele, e quero expressar os meus sentimentos de poder participar deste debate que acho tão importante.

Quanto ao voto em lista fechada, opino o contrário por entender que ele ficaria na mão da minoria brasileira, e porque não dizer dos caciques que vão impor uma lista fechada. Com certeza a democracia terá a perder.

Quanto ao voto distrital, entendo que é válido devido à dimensão do território brasileiro, das nossas cidades e até dos nossos Estados. Não justifica um cidadão sair de uma campanha política em Juiz de Fora, na Zona da Mata e ir ao Triângulo Mineiro ou ao nordeste de Minas quando não há interesse nenhum, nem dele nem da população que ele vai defender, exceto o de buscar o seu próprio voto, não



deixando nenhuma representatividade para aquele local. Ele apenas prejudicou aquele ideal e aquela pessoa que lá poderia representá-lo. Então, acho que o voto distrital é muito importante, principalmente para Deputados e Senadores, e para Vereadores também. Fala-se inclusive que nas grandes cidades, acima de 200 mil habitantes, também justifica-se. O colega estava falando há pouco, como ficaria uma cidade de 5 mil habitantes com voto distrital? Está um pouco confuso, acho que a representatividade também não ficaria tão coerente, mas para uma cidade de 200 mil habitantes ou mais com certeza, morando na Região Norte ou em Belvedere teria a representatividade coerente com a sua geografia.

O financiamento público é importantíssimo no meu entender e a Vanessa Portugal o defendeu com muita ênfase, exatamente por entender que ele é a maneira mais correta para que haja igualdade para todos, do operário ao mais elevado industrial do País.

Quanto à data da posse dos eleitos nos Executivos, e o dia 1º de janeiro, também faz parte dessa reforma, entendo que ela pode ser mudada, mas não como data efetiva, como se fala, em 10 de janeiro, mas para o segundo sábado ou domingo de janeiro, porque é fim de semana, para haver maior festividade nas cidades e porque não dizer em Brasília. Não se justifica que essa data seja fixa e caia em plena quarta-feira, em meio de semana, pois aí, sim, a festa ficaria prejudicada, se é essa a intenção da mudança da data da posse dos eleitos em seus devidos cargos. Acho que é muito válido. Assim como a eleição é feita no primeiro domingo de outubro, sem uma data fixa, que se faça também a posse dos eleitos no segundo sábado ou domingo de janeiro, pois haverá mais participação popular e muita ênfase na festa que se propõe com a reforma.

Eleição universal a cada 5 anos para Vereadores, Prefeitos, Presidente, Governadores, etc. Aí vou tocar num assunto que acho que ninguém falou ainda, mas alguns Prefeitos com quem falei aprovaram a minha ideia e acho bom trabalhá-la. A minha ideia é que no próximo ano — vou assustar alguns aqui — não haja eleições para Prefeitos e Vereadores. Por quê? Porque para haver eleições a cada 5 anos, precisamos tornar as datas coincidentes. Então, não haveria eleição no ano que vem. Essas discussões inclusive não ficariam prejudicados. Nós ainda teríamos mais 2 anos para discutir essa reforma tão importante e aprofundá-la. Há um



resultado: os Prefeitos atuais, em contrapartida, teriam 2 anos a mais de mandato por lei, por essa reforma. E a isto eles não se oporiam. Então, teríamos 5 anos de mandato daí para frente. E os Prefeitos, ora, teriam 6 anos de mandato, mas com uma vantagem: alguém tem que perder para que muitos possam ganhar. Essa é a minha opinião que pode ser levada à discussão. Se não, nós nunca vamos ter eleições de 5 em 5 anos iguais.

A *Hora do Brasil* no rádio e na televisão também não está tratando isso. Aliás, eu falei: a *Hora do Brasil* no rádio e na televisão, repito: *versus* televisão. Hoje nós temos um longo horário de *Hora do Brasil* no rádio, mas que ninguém ouve. Eu sugeriria que o brasileiro, queira sim, queira não, reclamando ou não... Mas ele vê a televisão. E nós aprendemos muito de política na televisão na época da campanha ou nos programas políticos dos partidos.

Então, eu sugeriria 10 ou 15 minutos diários também na televisão e que diminuísse o tempo do rádio. Acho que nós brasileiros aprenderíamos muito e saberíamos o que está sendo feito no Congresso, as leis que estão sendo votadas, o que se fez naquele dia e o que o Executivo fez. Eu acho importante levar isso em consideração. Sei que não está na proposta atual, mas é válido levar essa ideia do período, permita-me dizer.

Sobre a quota para mulheres, alguns falam em 50%.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Almeida Lima) - Para concluir...

**O SR. JOSÉ CUNHA** - Para concluir, exatamente, Presidente. Eu considero que 30% das mulheres devem continuar candidatas. Mas com uma vantagem para elas, e que acho que o Brasil também tem a ganhar: que 30% das cadeiras sejam reservadas para elas, garantindo às mesmas os 30% não só para candidatas, mas também na cadeira.

Muito obrigado. Essa é minha participação. Eu gostaria de dizer que estou à disposição para qualquer debate. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Almeida Lima) - Sra. Paula Coradi, eu quero dizer que estou à disposição da Plenária para levar o debate até as 22, 23 horas. Eu não sei se todos estão à disposição para tanto. Portanto, peço que sejam breves, sucintos, para podermos dar vez e voz a todos.



**A SRA. PAULA CORADI** - Boa tarde a todos e a todas presentes. Meu nome é Paula Coradi, sou militante do Partido Socialismo e Liberdade — PSOL.

Eu quero colocar algumas questões postas pela Mesa, especialmente uma que me intrigou bastante. Acho que há uma confusão muito grande aqui. Muitos aqui reclamam, de uma forma justa, que grande parte dos brasileiros não tem uma apreciação à política, não acompanham nem nada, mas eu acho que essa “despolitização” da sociedade, entre aspas, não está diretamente ligada a uma reforma política. Nesse caso, ela está muito mais vinculada a uma reforma extremamente eleitoral, que são algumas reformas que não mudam profundamente a política no Brasil.

Eu acho que para a gente tentar mudar esse quadro de despolitização no nosso País, atualmente, é muito mais amplo e perpassa pelas ideologias que estão colocadas aí, essa pós-modernidade que nega tudo, e etc.

Queria falar um pouco mais sobre o financiamento exclusivo das campanhas eleitorais. Eu acho que, se a gente conseguisse aprovar isso, seria um dos maiores avanços que essa reforma está propondo, porque, além de tudo o que a companheira Vanessa disse, a gente também vê que os custos sociais das campanhas financiadas pelas grandes empresas são enormes.

Eu estou morando em Belo Horizonte há pouco tempo. Então, vou falar de um caso que aconteceu recentemente no Espírito Santo, de onde eu vim. Refiro-me ao caso da desocupação de uma área em que 400 famílias estavam morando, pelo Governo Casagrande. Ele tirou, de uma forma muito truculenta, todas aquelas famílias daquela ocupação para construir casas do programa Minha Casa, Minha Vida. E quando vai-se ver os financiadores de campanha dele, uma das principais são as empreiteiras. Então, a gente vê como essa troca-troca entre os partidos e as empresas são extremamente danosas, se a gente for pensar nos custos sociais que isso representa.

E outra coisa também, eu acho que é importante a gente defender o voto em lista. Foi dito até que nas democracias mais avançadas se defende um programa. Então, acho que se a gente despersonificasse a política — que hoje é muito presente e ela é um processo histórico de personificação —, se a gente conseguisse retirar isso, definitivamente conseguiríamos defender um programa. E aí



avançaríamos muito mais. Eu acho que os partidos, o voto em lista, seria mais coerente conseguirmos alcançar esse objetivo.

Só para finalizar, eu sou historiadora e eu não poderia deixar isto passar em branco: um dos Deputados citou uma experiência e, de uma certa forma, quando a gente reivindica algo como experiência diz-se que ela é legítima. Foi do voto indireto que se elegeu Tancredo Neves e Sarney com Vice, e o bipartidarismo. Eu queria dizer que qualquer experiência que remete aos tempos de exceções tem que ser repugnada em uma época de democracia. Eu não poderia deixar isso passar em branco.

Quero dizer também que a gente realmente precisa fazer uma transformação profunda na nossa sociedade — já foi dito aqui essa experiência do voto indireto, sendo que nas Diretas Já milhares de brasileiros pediam para haver o voto direto —, e não vamos construir uma democracia de verdade enquanto não conseguirmos lidar, de uma forma muito ampla, com esse passado. Enfim, é isso.

Obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Almeida Lima) - A Presidência registra a presença do nobre Deputado Roberto Freire, Presidente do PPS, e companheiros que o acompanham. Sejam bem-vindos ao debate da reforma política. (*Palmas.*)

Com a palavra o Sr. Ildes.

**O SR. HERMANO MELO** - Eu acho que houve uma confusão, porque eu estava inscrito antes, Hermano Melo. Houve uma confusão de nomes.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Almeida Lima) - Então, tem a palavra S.Sa.

**O SR. HERMANO MELO** - Boa tarde a todos os presentes. Meu nome é Hermano e estou aqui também representando o PSTU. Eu quero completar algumas coisas que a Vanessa iniciou na sua fala. O PSTU vem participando dos debates sobre a reforma política, tanto no Congresso Nacional quanto agora nas audiências nos Estados.

E por que motivo a gente quer colocar as opiniões do PSTU como parte desse debate? Acho que alguém da Mesa levantou a seguinte questão: é necessária uma reforma política? Para quê? Qual o objetivo da reforma política? Do nosso ponto de vista só tem sentido uma reforma política nesse momento se ela for, por um lado, para combater privilégios, distorções, mecanismos perversos que hoje



sobrevivem na nossa legislação, nas eleições e no nosso sistema político; e, por outro lado, para ampliar os mecanismos democráticos, ampliar a democracia, radicalizar a democracia; e não restringir, tolher e podar os poucos espaços democráticos que a gente ainda tem.

Então, sobre essas duas coisas, no sentido de combater privilégios e distorções, um dos principais mecanismos, por onde temos que começar a caminhar, é o financiamento público exclusivo de campanha. Hoje, a nosso ver, o financiamento privado não é só uma forma de defender o candidato A ou B, através do financiamento, é quase que um investimento, é um investimento em curto prazo, aliás. Investe-se agora para receber as benesses depois. É isso o que acontece. Há os financiamentos milionários, as campanhas eleitorais crescem cada vez mais. Hoje são 50 milhões, 60 milhões, 80 milhões, 100 milhões uma campanha nacional para Presidência da República, com empresas, empreiteiras, empresas de lixo, empresas mineradoras e bancos que a financiam e que são, depois, as que ganham as licitações e os projetos do Governo. Isso tem que acabar. Isso tem que ser, no mínimo, discutido de forma séria e acabar nessa reforma política.

O segundo ponto, e na verdade é o foco da minha fala, é a gente não aceitar no debate da reforma o retrocesso histórico, não aceitar a ânsia que eu acho que existe em alguns setores de podar o pouco de democracia que ainda existe, por exemplo, a cláusula de barreira. Ou seja, uma coisa é você combater as legendas de aluguel que existem. Não nos enganemos, essas legendas de aluguel são apêndices dos grandes partidos. Elas não existem sem os grandes partidos. Mas existem os pequenos partidos, que são ideológicos, que têm um projeto social, que intervêm no movimento social, sindical, e que querem ter a sua representação, é o caso do PSTU.

Então, nós queremos combater qualquer visão possível de se estabelecer uma cláusula de barreira nessa reforma política. Por quê? Porque as barreiras já existem: a barreira do poder econômico, a barreira parlamentar.

Ou seja, hoje, para ter espaço nos debates à Presidência, aos Governos Estaduais, a cargos majoritários, o partido tem que ter representação parlamentar. O que ocorre? O PSTU lança candidatos no País inteiro — à Presidência, a Governos Estaduais etc. —, mas não pode participar dos debates. Por quê? Porque não tem



representação parlamentar. Essa já é uma forma de cláusula de barreira e é uma das coisas que queremos combater.

Outra tentação que também acho que existe: restrição no tempo de TV. Hoje, os tempos na TV dos programas eleitorais são uma festa, parecem feitos em Hollywood: cenas com céu azul, em 8 ou 9 minutos para cada grande partido expor seu programa eleitoral. Mas os pequenos partidos têm 30, 40 segundos. No máximo, estourando, 1 minuto — motivo para festa e fogos de artifício. Não há como expor nenhuma opinião nesse curto espaço de tempo.

Então, financiamento público de campanha pressupõe igualdade de oportunidades para aparecer na televisão, na imprensa. Hoje, como aparecer na imprensa no Brasil? Pelas pesquisas eleitorais: quem está na frente da pesquisa tem cobertura privilegiada. Não falo nem só de jornais, mas cobertura da campanha. Cobre-se a agenda das campanhas dos primeiros colocados nas pesquisas. Saiu daí, é obscuridade total, é lutar para que sua ideia, seu partido, seu candidato tenham oportunidade de aparecer nos meios de comunicação, na televisão e na cobertura de campanha.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Almeida Lima) - Sr. Hermano Melo, para concluir.

**O SR. HERMANO MELO** - Por fim: coeficiente eleitoral. Da mesma forma, o coeficiente eleitoral é mais um daqueles mecanismos pelo qual se vota em uma pessoa e se elege outra. Por quê? Porque o mais votado é barrado pelo coeficiente eleitoral, a não ser que faça coligações. Mas as coligações são uma imposição legal e não ideológica. Tem que se fazer coligação com os partidos com que se concorda e não por não eleger ninguém por causa do coeficiente eleitoral.

Minha fala é nesse sentido: ampliar os espaços democráticos que já existem, evitando qualquer retrocesso antidemocrático, e buscar combater a influência do poder econômico nas eleições e no nosso sistema político.

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Almeida Lima) - Com a palavra o Deputado Federal Alceu Moreira.

**O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA** - Saúdo o Presidente Almeida Lima; o Deputado Carlos Mosconi, Presidente da Comissão de Saúde da Assembleia



Legislativa do Estado de Minas Gerais; o meu querido companheiro Newton Cardoso; o Deputado Edinho Araújo, colega de debate, 1º Vice-Presidente da Comissão Especial - Reforma Política; a Profa. Fátima Anastasia, que nos deu o prazer de ouvir brilhante palestra; o representante da CUT. Enfim, saúdo todos aqueles que se fazem presentes neste ato e agradeço a possibilidade de estar na nossa Minas Gerais conversando sobre tema tão importante.

Começo fazendo uma consideração. Quando falamos em reforma política, tratamos de três eixos básicos: constituição de poder, exercício de poder e controle de poder. Repito: constituição de poder, exercício de poder e controle de poder.

Quando se diz que estamos esquecendo alguma coisa discutindo o sistema político, é porque o sistema político é o cabeçalho deste texto. Não se desce para fazer a reforma de Estado sem o instrumento, que é o interlocutor, eleito por um sistema que lhe gere autonomia e sabedoria para promover as reformas.

Não se pode promover o objeto sem a capacidade transformadora. Logo, o sistema político não veio para cá desconexo. Ele está aqui porque nós queríamos colocar para a população: *“É um mero penduricalho. Eu mudo o jeito de eleger. O cara é mais simpático, prende o cabelo assim.”* Não! Absolutamente, não!

Se eu quiser interferir, incidir profundamente no Poder Judiciário, que muitas vezes julga o mesmo caso de maneira absolutamente distinta, dependendo do nome de quem é julgado e do poder de pagamento, seguramente tenho que ter um Congresso independente. Senão, na sobra do primeiro voo, ele é criminalizado e perde autonomia para poder julgar quem deveria. Não pode mais.

E se eu quisesse, por acaso, interferir no Poder Executivo? Nós fizemos uma Constituição parlamentarista e acabamos tendo o presidencialismo, que é, na verdade, império com tempo de mandato. Um império com tempo de mandato! Eles mandam e fazem o que querem, porque o poder político, no atual sistema, se estabelece pelo poder de pagamento.

Chegamos a fazer, no Congresso Nacional, uma corrupção institucionalizada, que é a emenda parlamentar. Eu estou proibido de pensar com independência, senão eu perco a emenda. Mas, então, vendi o meu cérebro? Não tenho autonomia? Ganho doze milhões e meio de emendas, alimento 125 prefeituras com 100 mil reais



e em 4 anos seguidos eu busco minha eleição de volta. Por que eu vou querer mudar o sistema?

Meu irmão, nós queremos fazer a reforma política e mudar o sistema eleitoral porque queremos Deputados independentes, com mandato político, e não com ponto comercial. E o mandato político e o ponto comercial têm diferenças muito grandes, absolutamente distintas.

Queria fazer aqui rapidamente, aliás a Dra. Fátima também fez, duas perguntas: “*Para quê?*” — para reformar e aperfeiçoar os sistemas — e “*Para quem?*”. Essas duas perguntas se fazem absolutamente necessárias: para quê e para quem. Para quem? Para todos os segmentos sociais com representação fiel e justa da sua própria existência. Se não for assim, não é democrático.

Observe que há algumas definições que quase com uma vírgula se mexe no processo. Não tenha dúvida de que é possível trabalhar isso.

Quanto aos controles sociais, a sociedade tem hoje, no atual sistema, um conjunto de instituições que têm capacidade de representação fidedigna, são absolutamente polarizadas e estão disponíveis na sociedade para contar com elas.

Assim como o Governo Federal cria um conselho de notáveis, e normalmente convida aqueles que o Presidente da República considera os mais brilhantes, poderíamos ter aqueles que se constituem na sociedade livremente para ser o conselho permanente do Congresso Nacional, por onde as leis deveriam passar, como um grande filtro, para fazer o debate. A sociedade iria dizer que a lei pode ou não transitar, porque tem abrangência ou não.

Sabe o que se aprova hoje no Congresso, com raríssimas exceções? Medida provisória ou lei sem importância. Quando não tem importância nenhuma, tem unanimidade, e quando tem muita importância, não passa nunca.

Para concluir, porque sei que o meu tempo é pequeno, queria só pedir para vocês, com toda a franqueza: deem crédito a isso. Mas, por favor, quando quiserem fazer o debate, não comecem a doar lanternas para cegos, porque eles não vão utilizá-las. Nem imaginem que a cauda pode empinar o cachorro. Ela nunca empinou. A história vai dizer que o sistema isso e aquilo. Ouvi discursos dizerem porque nós isso e aquilo, e as elites...



Eu tenho 56 anos e vi uns meninos do PT, com cabelo encaracolado e brinco na orelha, andando pelos corredores. E muitos conservadores falavam: *“Aquilo é um vagabundo, filho do Zeca, do Maneco, do Tico, do Fulano, não vai dar em nada.”* Engraçado! Essa capacidade completa dos coronéis de pagar tudo fez do Presidente da República um petista.

Logo, não tire todos os exemplos do mesmo balaio. Pode estar em outro. O PT chegou ao poder por esse sistema. Não se contente com o seu partido pequeno porque ele foi oprimido pelas grandes massas. Hoje nós temos outros tipos de corrupção. Assim como tem empresariado que paga a eleição e depois exige reciprocidade do poder, também tem a corrupção sindical. Ninguém sabe que financia-se com volumes gigantes esse processo. Também tem.

Ah, mas todos os sindicatos são corruptos? Claro que não, absolutamente não. Nem todos os empresários são corruptos. Mas não tirem um para anjo outro para Deus, porque não é bem claro assim esse processo. Tem muito anjo e muito Deus misturado no balaio. Aliás, forma de fazer diabo não faz Deus, porque foi feito para fazer diabo. É por isso que ela é assim.

Queria, então, deixar essa contribuição e dizer que tenho muito orgulho de estar no Congresso Nacional participando desse processo. Já temos alguns consensos. Aliás, consenso o Dicionário Aurélio diz que não é unanimidade, consenso é consenso, tem autonomia própria, é um adjetivo. E o fim das coligações proporcionais já é consenso.

Ah! Mas e os partidos pequenos se reúnem em federação, e os partidos que são pontos comerciais só servem para se defender para os outros? Não pode ser federação, porque não é possível se federar um ente inexistente. Ele não existe. Não pode se federar. Os outros vão estar em federação, no embrião de um novo partido, com ideia estatutária absolutamente composta. Não há nenhum prejuízo.

A coincidência de eleição. Eu tenho consciência profunda com relação à prorrogação de mandato, com todo respeito. Eu quero que o mandato tenha o tempo que o povo elegeu para ter. Termina ali mesmo, nenhum casuísmo. Se os Prefeitos novos têm que ter 6 anos, ótimo, que tenham. Também não venha com essa conversa de que tem que ser 1 ano antes. O princípio da anualidade está disposto em lei. Quem faz a lei somos nós, os Deputados. Pode ser 2 meses, se eu fizer, na



reforma política. Pode mudar. Quem é que diz que tem que ficar assim? Pode valer para a próxima eleição.

Fim da coligação, coincidência de mandato e de eleição. E se quiserem, para não prejudicar os pequenos partidos na participação dos Poderes, cria eleição de dois turnos para Município de qualquer tamanho. Porque aí você vai permitir que no primeiro turno ganhe alguém que tenha 24% ou 25% dos votos da cidade. Tem que ganhar no segundo turno por maioria. E é possível fazer as composições necessárias.

Agradeço a oportunidade de ter conversado com vocês.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Almeida Lima) - Eu concedo a palavra ao representante do PDT de Nova Lima.

**O SR. ILDES PACHECO** - Pela ordem. Eu fui anunciado duas vezes e me cortaram a palavra. Sou Ildes Pacheco, da ASDOOR. Primeiro, foi pelo PTSU.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Almeida Lima) - Tem a palavra V.Sa.

Eu quero pedir que se adiante ao microfone a Sra. Fátima Medeiros, Presidente do PDT de Nova Lima.

**O SR. ILDES PACHECO** - Agradeço ao nobre Deputado Almeida Lima, de quem sou admirador, cumprimento todos. Meu nome é Ildes Pacheco, sou inspetor secretário do CREA atuando em Pará de Minas, cidade a 70 quilômetros daqui, e presido uma entidade que se chama ASDOOR.

Minha contribuição, à guisa do que vai ser possivelmente votado amanhã no Congresso Nacional, traz uma contribuição para sustentabilidade do processo eleitoral como um todo. Eu fiz uma pergunta que repetirei ao final, e já está na mesa. Quero apenas contextualizar o porquê dessa pergunta.

Antes de formalizar a esta Comissão, nós, em 2009, defendemos essa tese na CONFECON, em Brasília, passamos por todas as etapas de Minas Gerais, chegamos em Brasília, e lá ela foi aprovada por unanimidade. Estivemos no VII CNP, Congresso Nacional de Profissionais do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura, que aconteceu em 2010, envolvendo a representatividade de todos os profissionais em nível nacional do sistema CONFEA/CREAS.



E esta mesma pergunta, em 2009, eu ouvi o Senador Álvaro Dias, na votação da reforma eleitoral, fazer em plenário, numa emenda de plenário, e ele defendia nossa posição. Ele perguntou: *“Uma eleição, uma campanha política vale o abate de 2 milhões de árvores?”* É o que custa hoje a nossa campanha política na divulgação externa, com a montagem daqueles cavaletes, por cerca de 23 a 25 mil candidatos. Sendo o Brasil um dos únicos países do mundo que, ao invés de usar a mídia exterior para divulgar as campanhas eleitorais — não está em discussão se são pagas ou como é a televisão, que tem um sistema próprio de utilização —, obriga hoje os candidatos a construírem aqueles cavaletes de madeira, desmatando nosso segmento. Esses 24 mil candidatos, aproximadamente, são responsáveis pelo desmatamento de cerca de 2 milhões de árvores. Nós fizemos esse cálculo de engenharia, baseados nos dados do TSE.

Então, deixo essa indagação para o Presidente da Comissão, com o apelo de que seja considerada essa questão da sustentabilidade ambiental, não permitindo que continue esse desmatamento para fazer cavaletes eleitorais, que usam essencialmente madeira na sua construção.

Todos sabemos que é difícil fazer uma campanha sem mostrar a cara do candidato, para que a população mais simples, que não tem acesso a jornal, a rádio, o conhece.

Então, se nós temos que abdicar, abduquemos de mostrar estampado esse rosto em cavaletes que desmatam e poluem após o seu uso.

Esta a minha colocação. Eu gostaria que ela ficasse registrada. Estou de posse dos documentos da revista *Vértice*, do CREA-MG, que atesta o apoio à regulamentação da mídia exterior, bem como do resultado da CONFECOM, que corrobora com o apoio a essa tese. Se nós vamos continuar sendo o único País do mundo a não utilizar a mídia externa e obrigar os candidatos a desmatarem e fazerem os valetes, que seja abolida essa metodologia, mas que não contribuamos, no momento tão importante de votação do Código Florestal, para permitir essa fresta, que, além do mais, não tem o controle do Judiciário, que tinha quando era feito o sorteio da mídia exterior para uso eleitoral.

Eu vou passar à Mesa essa documentação. Agradeço aos senhores a oportunidade e me despeço.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Almeida Lima) - A Pastoral Fé e Compromisso pergunta se essa reforma pode ser implementada ainda nas eleições de 2012. Eu assumo a resposta e digo que é possível, não na sua totalidade, diante do princípio da anualidade, previsto no art. 16 da Constituição Federal. Ou seja, as normas precisam estar aprovadas, sancionadas ou promulgadas e publicadas até exatamente um ano antes das eleições. É possível que alguma norma esteja decidida até essa data, a exemplo da hipótese, pelo que se comenta, da votação de uma proposta de emenda à Constituição, numa disposição transitória, para conceder aos futuros Vereadores e Prefeitos, eleitos em 2012, um mandato de 6 anos, transitoriamente só para as próximas eleições, com o objetivo de igualar as eleições numa única data em 2018.

Com a palavra a Presidenta do PDT de Nova Lima.

**A SRA. FÁTIMA MEDEIROS** - Boa tarde a todos. Meu nome é Fátima Medeiros. Eu gostaria de saber mais a respeito do que a senhora defendeu, professora, o voto aberto, as listas alternadas e o financiamento público de campanha.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Almeida Lima) - Eu desejo que, por gentileza, professora, a senhora faça a anotação e nós responderemos ao final.

Sr. Matheus Moura Miranda, Centro Acadêmico Afonso Pena, aproxime-se, por gentileza, assim como o Sr. José Carlos, que me parece representa o PCdoB. Em terceiro lugar, o Sr. José Mendes, PMDB.

Com a palavra o Sr. Matheus Moura Miranda.

**O SR. MATHEUS MOURA MIRANDA** - Boa tarde a todos. Meu nome é Matheus Miranda. Sou Presidente do Centro Acadêmico Afonso Pena, da Faculdade de Direito da UFMG.

Gostaria de ressaltar a importância da participação dos jovens, dos estudantes nesse processo que envolve toda a sociedade civil. Nós jovens temos, sim, que participar ativamente desse processo. Para nós, um dos pontos evidenciados em assembleias gerais de estudantes, seja do CAAP, órgão do qual sou Presidente, seja do DCE, órgão de representação em âmbito de universidade e de outros órgãos de representação em âmbito nacional, um dos pontos mais



apontados pelos estudantes como problemático diz respeito à fidelidade partidária. O fortalecimento do sistema partidário brasileiro deve se pautar pela fidelidade partidária, na medida em que o cargo não é de propriedade particular, mas, sim, da cidadania.

Dessa forma, a reforma política deve ser no sentido de garantir a fidelidade partidária e, sobretudo, a programática. Não deve se pautar por interesses escusos, mas, sim, por aqueles com os quais os candidatos se comprometeram.

Gostaria de ressaltar a importância do processo de reforma política lembrando aos senhores que, ao contrário do que já foi dito, a realização da reforma política é urgente. É necessário o debate com a população, é necessário, sim, realizar audiências públicas em todo o Brasil. É esse o dever do Congresso Nacional, sobretudo da Câmara dos Deputados, órgão que representa a população em âmbito Legislativo. Mas não podemos ficar somente no debate, porque isso já é promessa de 20 anos. A população não tem visto mudanças efetivas no que tange à reforma política.

Portanto, gostaria de pedir aos senhores que levassem em consideração o anseio da população. Nós, estudantes, estamos, sim, mobilizados, estamos atentos a todo esse processo e queremos dele participar. Nos espaços que nos forem dado queremos intervir, mas queremos também resultado. Queremos que o Congresso Nacional aprove aquelas demandas cujo consenso já foi estabelecido.

Agradeço a oportunidade.

Desejo que tenhamos o processo de reforma política consolidado.

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Almeida Lima) - Sr. José Carlos.

**O SR. JOSÉ CARLOS ARÊAS** - Boa tarde a todos.

Meu nome é José Carlos Arêas, sou representante do Partido Comunista do Brasil.

Este debate é importantíssimo para envolver toda a sociedade brasileira, porque se trata de ampliarmos o debate de como vão ser as eleições e as regras do jogo para os próximos pleitos.

Nesse sentido, a democracia tem de ser ampla. Quanto mais ampla, mais ela representa historicamente o acúmulo da luta do povo. Neste momento, a



representação no Congresso Nacional, apesar de os Parlamentares tem sido eleitos para isso, não significa a realidade, o retrato do nosso povo, dos segmentos do nosso povo. Por quê? Porque ela tem uma estrutura que já começa com a questão do financiamento.

Vários companheiros já levantaram, inclusive a Profa. Fátima, que financiamento exclusivamente público é questão de igualdade para todos os partidos. É necessário combatermos o modo como é custeado esse financiamento privado, porque é o poder econômico que elege essa representa que provoca desigualdade do retrato do Congresso em relação à representação do nosso povo.

No que se refere ao segundo ponto, temos de começar a fortalecer os partidos. Que eles tenham projeto político. É em cima de projeto político que elegemos a representação. Foi levantado que muitos votam em fulano ou sicrano que tem maior espaço em determinado setor profissional ou trabalha em área que tem contato com a população, que não se vota em projeto político. Isso também desqualifica o Congresso. Temos que começar a debater política e o rumo que nosso País está tomando.

Então, defendemos uma lista fechada que fortaleça os partidos e que defenda propostas. Não são as pessoas que definem. Devemos debater projeto político com a sociedade. Acredito que essa discussão vai melhorar e vai representar melhor os rumos deste País.

Há vários temas em debate. Com relação à cláusula de barreira, qualquer tipo de restrição fere a democracia. Ninguém obriga nenhum partido a fazer coligação. Os partidos se coligam em cima de um projeto, para as eleições majoritárias e para as proporcionais também. Os partidos defendem uma proposta política para aquela gestão. A coligação representa os partidos que queiram se unir para determinada eleição. Quando se coloca um impedimento, está-se restringindo a participação nos projetos políticos que estão sendo debatidos.

Então, defendemos maior igualdade, para que possamos, de fato, representar, o máximo possível, os diversos segmentos. E os segmentos se constituem em partidos políticos que têm projeto e compromisso com os destinos do nosso povo.



Por isso, temos de massificar esse debate e nos mobilizar, a fim de compreendermos melhor as regras do jogo e termos um Legislativo mais democrático, que represente os anseios do nosso povo. Que todos os segmentos da população brasileira estejam representados. Inclusive, a questão de gênero, como aqui foi colocado, é reduzida; os trabalhadores são em número reduzido no Congresso, porque é o poder econômico que define a maior parte dos interesses representados no Congresso.

Nós temos de melhorar essa democracia no País.

Um abraço.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Almeida Lima) - Com a palavra o Deputado Federal Edinho Araújo, 1º Vice-Presidente desta Comissão.

**O SR. DEPUTADO EDINHO ARAÚJO** - Sr. Presidente Almeida Lima; distinta Mesa; Deputado Newton Cardoso, colega de Comissão, ex-Governador deste Estado; Deputado Carlos Mosconi, ex-Deputado Federal hoje Deputado Estadual e Coordenador da reforma política na Assembleia do Estado; Deputado Alceu Moreira; caro Deputado Antônio Júlio, do PMDB, nosso Partido; Profa. Dra. Fátima Anastasia; Deputada Luzia Ferreira, Relatora da Comissão; Marco Antônio, representando a CUT e os trabalhadores, aos quais saudamos; Sérgio Cavalieri, representando as indústrias; colega ex-Deputado Virgílio Guimarães, sempre Deputado; Srs. Deputados Estaduais; Srs. Prefeitos; Srs. Vereadores; representantes de entidades; povo de Minas Gerais que nos assiste nesta oportunidade, não vou fazer nenhuma palestra. Vou apenas emitir algumas considerações.

Estou na vida pública há muitos anos. Sr. Presidente, companheiras e companheiros, já disputei 10 eleições. Perdi a primeira, com 23 anos; depois, venci nove eleições. Fui Prefeito de Santa Fé do Sul, com 27 anos; fui Deputado Estadual três vezes por São Paulo; fui Deputado Federal em 1994 e em 1998; fui Prefeito de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, Município com 440 mil habitantes; em 2000 e em 2004, enfrentei dois turnos, e voltei à Câmara dos Deputados nas eleições passadas. Fui eleito o único Deputado do PMDB no Estado de São Paulo, que tem 70 representantes na Câmara dos Deputados.

Eu gostaria de dizer que esse tema sempre esteve presente aos partidos, às entidades e à sociedade brasileira. Como foi dito aqui, a reforma política é a mãe



das reformas. Temos de ter a profunda consciência de que se trata de uma das matérias mais complexas.

Este debate é importante. Aqui, já ouvimos de tudo. O Presidente Almeida Lima relatou que temos percorrido o Brasil. Portanto, temos ouvido política, essa ciência social. Cada um defende uma posição sob a sua ótica. Não é matemática: 2 mais 2 são 4. Política não é assim. É uma ciência social inexata.

Portanto, como disse o Presidente, às terças-feiras e quintas-feiras, a Comissão já ouviu cientistas e sociólogos, já ouviu a academia, a universidade, os juristas, os Presidentes dos Tribunais. Então, trata-se de matéria complexa.

Queria fazer uma pequena reflexão. O Brasil não é uma Espanha, que teve eleição ontem, e não é um Portugal, sem qualquer demérito a esses países e a qualquer outro país, mas é uma Federação. Os Estados Unidos também são uma federação distinta. Cada Estado que legisla sobre matéria eleitoral, legisla sobre matéria penal e processual penal, por exemplo. Aqui, queremos fazer leis para todo o Brasil. Amanhã, vamos votar o Código Florestal. Há a tese de que se deve delegar aos Estados, porque cada Estado tem uma realidade. O Estado do Deputado Alceu Moreira tem uma; Sergipe, do nosso Presidente, tem outra; São Paulo, meu Estado, tem outra realidade, mas queremos um Código Florestal para o Brasil, uma lei nacional. Temos de legislar para o País eleitoralmente. Daí a dificuldade que encontramos. Temos de reconhecer isso.

Para concluir. Só creio em uma reforma profunda se houver participação popular, se houver participação da sociedade. Particularmente, sou favorável ao financiamento público de campanha. Acho essa uma questão central: financiamento público de campanha. Mas quantos eleitores vieram me dizer: "*Olha, Deputado Edinho, vota lá o financiamento público de campanha*"? Eu não ouço essa afirmação dos nossos eleitores.

Portanto, ela não está madura, apesar de ser importante para todos os partidos, porque ninguém sabe que hoje já há o financiamento misto de campanha. Televisão e rádio têm incentivos fiscais, anistia fiscal, porque o tempo da televisão e do rádio em que ouvimos os partidos e os candidatos está sendo pago! Então, entendíamos que esse financiamento seria importante.



Às vezes, ouvimos falar em unificação das eleições. Fiz as contas ontem. Sabem quando a teríamos se fizéssemos a unificação das eleições, sem prorrogar — falar em prorrogação é proibido — mandatos? Teríamos de equalizar os mandatos. Por exemplo, o mandato dos Senadores que foram eleitos em 2010 — dois terços — vai até o ano de 2018. Se fizermos um mandato de cinco anos, sabem quando teríamos uma eleição para todos os cargos, para Deputado, Vereador e Prefeito? Só em 2025! Façam a conta. Só em 2025! Haverá um momento em teremos de eleger Senador por sete anos. Para unificar, na eleição para Prefeito em 2016, teremos de fixar o mandato em seis anos.

Então, quando falamos em unificação de eleições, temos de entender que só teríamos condições de ter eleição para todo mundo a partir de 2025.

Gostaria de dizer que não me vejo numa lista pré-ordenada, eu que participei de tantas eleições. Todos os temas têm prós e contras, todos os temas. Vamos submeter a referendo, a plebiscito? Essa é uma questão, se o povo vai poder participar. Mas é simples essa questão? Quantas perguntas teria de responder à população?

Digo ainda que devemos fazer uma reforma a curto, médio e longo prazo, de modo que a população entenda que os políticos não estão fazendo uma reforma para eles. Só assim conseguiremos avançar nesse tema, ou seja, fazendo uma reforma a curto, médio e longo prazo.

Há questões que exigem emenda constitucional; outras, leis infraconstitucionais. Ninguém desconhece a dificuldade de se obter três quintos da Câmara e no Senado para realizar uma reforma política.

Queria socializar essas dificuldades com os companheiros e companheiras, pois estamos diante de matéria complexa, importante, mas que é fundamental. Só creio em reforma política se houver participação popular.

Muito obrigado pela atenção de todos. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Almeida Lima) - Deputado Edinho Araújo, a pergunta que foi encaminhada a V.Exa.

**O SR. DEPUTADO EDINHO ARAÚJO** - Sobre a lista fechada, quem pergunta é o Adriano Machado Valadares Chaves: *“Sobre a lista fechada, não seria*



*um favorecimento para os partidos com mais recursos? O partido não é esquecido se o mesmo mostra que está trabalhando para melhoria?”*

A impressão que tenho, com a pergunta do Adriano, é a de que, com a lista fechada, haveria um favorecimento aos partidos com mais recursos. Quanto à lista fechada, há a seguinte tese: só seriam candidatos os mais antigos. Sou contra a lista fechada porque ela não renovaria os quadros políticos, a juventude ficaria na fila.

Mas alguém pode contra-argumentar: *“Coloque democracia no partido. Cada partido responde pela sua legenda”*. É uma tese. Por isso, digo que há argumento pró e contra qualquer tema. Lista fechada fortalece partido. O Deputado Alceu Moreira defende que financiamento público só serve para lista fechada. Acho que não; acho que podemos fazer financiamento público para lista aberta também. Quem vai pagar a conta do comitê, quem vai pagar a conta do carro de som, quem vai pagar a conta do panfleto será o partido. O candidato mostra, no papel feito pelo partido, seu currículo. Acho que só assim faríamos uma grande revolução política no País. Caso contrário...

Quanto custa uma eleição para Vereador em Belo Horizonte? Podem procurar, podem procurar. Custa 500 mil reais. Quanto custa uma eleição para Deputado estadual? Entre 700 mil e 1 milhão de reais. Quanto custa uma eleição para Deputado Federal? Ninguém sabe. Para Senador? Ninguém sabe. Talvez, 2, 3 milhões, depende do Estado. Claro, depende do Estado, depende do candidato, depende do partido, mas não é possível ter um custo de campanha desse porte. Isso não dá condição de fortalecermos as instituições e termos a democracia que todos desejamos, com participação dos jovens, das mulheres, enfim, todos vivenciando e realmente influenciando nas decisões do País.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Almeida Lima) - Concedo a palavra a José Mendes, do PMDB; logo a seguir, a Carla de Melo, Ação da Mulher Trabalhista. Depois, temos algumas perguntas para a Deputada, para cientista política e para mim.

**O SR. JOSÉ MENDES** - Meu nome é José Mendes, sou do PMDB de Minas Gerais.



Quero cumprimentar o Deputado Almeida Lima pelo brilhante trabalho que está fazendo à frente da Comissão da reforma política da Câmara dos Deputados, o Deputado Carlos Mosconi, de Minas Gerais, a Deputada Luzia, uma brava companheira, o Deputado Antônio Júlio, os companheiros de São Paulo e do Rio Grande do Sul, Deputados Edinho Araújo e Deputado Alceu Moreira, e os nossos companheiros. Também quero saudar o ex-Governador, Deputado Federal Newton Cardoso, companheiro do PMDB.

Deputado Almeida Lima, a reforma política deveria aprovar o voto distrital misto e também a lista com financiamento público. Não podemos deixar de fortalecer os partidos políticos. Senão, o que vale ter partido? Então, o candidato deveria ser natural, sem partido. T

Temos que fortalecer os partidos políticos no Brasil. Há 30 anos, há 50 anos, lutamos no MDB. Veio o AI-5, veio a ditadura, e fizemos a incorporação do PMDB. O PMDB e os outros partidos lutaram pela democracia, pela eleição direta, pela reforma agrária. Muitos companheiros foram mortos pela ditadura, pagaram o preço com seu sangue. Hoje, não podemos deixar os partidos acabarem. Não podemos tirar o poder do partido, temos que defender o partido político.

Eu gostaria de sugerir ao Deputado Almeida Lima e aos demais Deputados o voto distrital misto e também a lista com o financiamento público. E acabar com a reeleição ou fazer o seguinte: haverá eleição no ano que vem; o candidato que for Prefeito deixa o mandato seis meses antes para disputar a reeleição. A reeleição acaba com o direito daqueles que não têm gabinete, que não têm cargos. Ela não dá a outro o mesmo direito de disputar a eleição. Deveria acabar a reeleição ou, então, que o candidato que está no poder deixasse o mandato de Prefeito ou de Governador seis meses antes das eleições, para que tivéssemos direitos iguais.

Acho também que a coligação proporcional deveria acabar, porque temos que priorizar o partido e temos que eleger candidatos para o partido forte, para que os eleitores possam cobrar dos seus candidatos.

Era essa a sugestão que eu gostaria de dar.

Parabéns a todos os senhores de Minas Gerais. Nós os recebemos com muito carinho.

Deus os abençoe.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Almeida Lima) - Com a palavra a Sra. Carla Melo. *(Pausa.)*

Com a palavra o Sr. Zito. *(Pausa.)*

Com a palavra o Sr. Guilherme Augusto da Silva.

**O SR. GUILHERME AUGUSTO DA SILVA** - Boa tarde a todos.

Eu gostaria de falar sobre o voto distrital. Quero dizer que há o risco de que cada Deputado eleito por seu distrito busque recursos e benefícios a todo custo para aquele distrito, sem se preocupar com os custos que a Nação como um todo teria.

Então, haveria a possibilidade de o Deputados gerar benefícios para o distrito pelo qual ele foi eleito, com o único intuito de se reeleger, e esses custos seriam divididos por toda a Nação.

Além disso, há assuntos na agenda dos Deputados que transcendem a essa questão regional. Então, ia ser muito difícil tratar desses assuntos no momento em que os Deputados iriam buscar alocar mais recursos para seus distritos.

Então, eu gostaria de perguntar ao Deputado Newton Cardoso, que já manifestou sua posição a favor do voto distrital, como também parte do seu partido: quais seriam as reais vantagens do voto distrital para a democracia brasileira?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Almeida Lima) - Por gentileza, quando o senhor fala distrital — para uma questão de melhor entendimento —, refere-se a distrital ou distritão? O distrital a que o senhor se refere é quando há a divisão do Estado em distritos ou é o voto majoritário no Estado? *(Pausa.)*

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Almeida Lima) - O voto majoritário no Estado.

Então, a sua pergunta como foi? *(Pausa)*

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Almeida Lima) - O.k.

Devo fazer uso da palavra daqui a pouco, mas poderia até fazê-lo agora, respondendo ao questionamento. e, logo a seguir, passaria a palavra à Deputada Luzia Ferreira e à cientista Fátima Anastasia, porque esses são os últimos questionamentos.



**O SR. ANDRÉ CAREGNATO** - Com licença. Eu me inscrevi anteriormente até ao Mateus, e já houve cinco falas depois dele.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Almeida Lima) - Como é o seu nome?

**O SR. ANDRÉ CAREGNATO** - André Caregnato.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Almeida Lima) - Temos aqui perguntas que foram feitas por escrito e a Deputada tem duas ou três.

**O SR. ANDRÉ CAREGNATO** - É que eu me inscrevi antes dele. Ele já até falou e eu não falei ainda.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Almeida Lima) - Eu não recebi. Não tenho aqui o nome.

Vou responder à pergunta do Antônio Lopes. Há uma pergunta do Isaac Mamede da Silva e outra do Geraldo Miguel. Por gentileza, o nome das pessoas que perguntaram.

**A SRA. FÁTIMA ANASTASIA** - Everaldo Tabatinga, Ernane Ferreira Leandro e tem uma pergunta da Fátima Medeiros, que fez oralmente.

**A SRA. LUÍZA FERREIRA** - Aqui também há uma do Ernane, outra do Ernane e uma do Wilson Queiroga.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Almeida Lima) - Antônio Lopes está presente? (*Pausa.*) Não.

As que têm uma cruzinha, por gentileza, passem-me por favor.

**A SRA. LUIZA FERREIRA** - Todas as duas têm a cruzinha...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Almeida Lima) - Pois é. Eu passo a pergunta e a pessoa formula.

Com a palavra o Sr. Ernane Ferreira.

**O SR. ERNANE FERREIRA LEANDRO** - Meu nome é Ernane Ferreira Leandro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Almeida Lima) - Pode fazer a pergunta. Parece-me que S.Sa. iria se dirigir à Dra. Fátima Anastasia.

**O SR. ERNANE FERREIRA LEANDRO** - Há duas, todas com meu nome. Pode olhar a cruzinha.

**A SRA. LUÍZA FERREIRA** - Há uma aqui comigo também.



**O SR. ERNANE FERREIRA LEANDRO** - Então, se me permite, para ganhar tempo, que essa é a preocupação, vou fazer as duas ponderações ao mesmo tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Almeida Lima) - Formule, então, a pergunta.

**O SR. ERNANE FERREIRA LEANDRO** - Mas eu preciso de me apresentar.!

Meu nome é Ernane Ferreira Leandro, sou Presidente de duas associações da região oeste de Belo Horizonte e presido também o Conselho Comunitário de Segurança Pública de toda região oeste.

Vou pedir às duas expositoras — pela urgência do tempo, se possível, uma vez que essas perguntas não são minhas, são da comunidade que eu represento aqui — que mandem, se possível, as respostas pelo *e-mail* que está aí anotado. Ainda nesta semana eu estarei repassando as respostas, porque as perguntas que eu trago são da minha comunidade.

Minha prezada Deputada Luzia Ferreira, meu respeito e admiração, estamos ouvindo com muita ênfase sobre duas cláusulas: financiamento eleitoral e partidário e sistemas eleitorais.

Compreendo que é complexo esse assunto — já foi mais de uma vez citado —, mas gostaria da sua posição sobre a coligação eleitoral e a correlação entre a coligação eleitoral e o coeficiente eleitoral. Dentro da minha comunidade, a tendência é que seja extinta a figura de coligação eleitoral e que o coeficiente eleitoral — e aí, logicamente, passaria a ser apenas por partido, e, em consequência, vai o apoio à extinção ou à redução dos ditos partidos fantoches ou partidos de aluguel ou mesmo de oportunistas.

Um “campanheiro” em campanha pela reforma política imediata está insistindo — já que o custo-benefício vai para a cientista Fátima: por que não já, na ocasião da reforma política, reduzir o número de Parlamentares e, conseqüentemente, o custo?

Estou me lembrando de que, a menos de um mês, pude ouvir a nossa cientista política na PUC, em evento de iniciativa do Núcleo de Estudos Sociopolíticos e do Núcleo Fé e Política da Igreja.



Ainda hoje, confirmamos uma colocação que fizemos, a partir de uma afirmativa que, com outras palavras, a senhora repetiu hoje: o custo dos Parlamentares no Brasil é pequeno.

Sou seu colega de ensino superior. Uma coisa que insistimos, em qualquer pesquisa, é a tal evidência científica. Nossa comunidade não vê evidência científica para sua afirmativa de que o custo de nossos Parlamentares é baixo.

Gostaria de ouvir a posição da senhora a respeito disso.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. ADRIANO MACHADO VALADARES XAVIER** - Sr. Presidente, eu gostaria da palavra por um momento.

Houve um engano na minha pergunta — era para ter sido feita oral.

Meu nome é Adriano Machado Valadares Xavier.

A intenção da minha pergunta não saiu como foi transcrita. Como estudante de Direito, aprendi que todos os cidadãos têm direitos e deveres. Sendo assim, todos os cidadãos têm direito de escolha.

Na reunião de quinta-feira, o nobre Deputado Carlos Mosconi disse que o partido não é esquecido. Mas onde fica a oportunidade de os Deputados mostrarem o que eles querem fazer para o bem da população? O partido não vai ser esquecido. Se o partido estiver demonstrando que está correndo atrás de fazer o bem para a população, ele não é esquecido, não.

A questão da lista fechada acaba com a corrupção? Pode tentar ajudar. Acho que a fiscalização é eficiente. Agora, o partido que tem mais recursos sempre vai ser favorecido. Como vão fazer os pequenos partidos, das cidades de interior, que têm menor população? O partido que tem mais recursos está eleito, e o resto não tem direito nem de se manifestar corretamente? Ficaria mais favorecido ou não?

Essas são minhas perguntas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Almeida Lima) - A Profa. Fátima vai respondê-las.

**A SRA. FÁTIMA ANASTASIA** - Agradeço aos que me dirigiram questões, inclusive porque me dão a oportunidade de dirimir algumas dúvidas.



A primeira pergunta que me foi feita, da Fátima Medeiros, do PDT, se refere ao financiamento público de campanha, questão que também foi abordada pelo Everardo Tabatinga — não sei ele ainda está aí.

Eu disse que o financiamento exclusivamente público de campanha, como está sendo proposto, geram-me uma inquietação relativamente à possível violação dos direitos liberais dos cidadãos, dos eleitores. É uma inquietação legítima e tem de ser enfrentada. Por quê? Porque o financiamento exclusivamente público de campanha impede que os cidadãos possam, na condição de pessoas físicas, eleitores, contribuir para as campanhas políticas de seus partidos e de seus candidatos. Eu pergunto: Como isso seria feito? Já se pensou nisso?

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. FÁTIMA ANASTASIA** - Não, espera só um pouquinho, já, já você responde.

Acho muito interessante a seguinte questão. É muito difícil termos condições de garantir que o financiamento seja de fato exclusivamente público. Como disse o Deputado Edinho Araújo, com quem concordo, a política não é uma ciência exata. Ela é passível de diferentes perspectivas, opiniões e pontos de vista.

Então, estou aqui trazendo as minhas inquietações e as minhas opiniões, já que fui convidada para manifestá-las.

Na minha opinião, o mais interessante seria que tivéssemos um controle público do processo de financiamento, seja ele de que tipo for. Acho que carecemos de um controle público do financiamento. É diferente termos um financiamento exclusivamente público de termos um rigoroso controle público, como mencionei anteriormente, que permita que nós, cidadãos, possamos acompanhar, em tempo real, quem contribui com o quê e para quem.

Então, essa questão me parece importante. Sou contra que empresas possam participar, financiando campanhas. Empresas não são cidadãos, não são eleitores. Portanto, não se viola direito de empresas — elas são pessoas jurídicas. Acho que, do ponto de vista, do indivíduo, do cidadão, é legítimo que ele queira participar. Talvez, fosse o caso de impor limites no volume de contribuição, para que essas contribuições não fossem muito discrepantes.



Mas penso que seja uma questão importante a ser enfrentada. Quando se fala em financiamento exclusivamente público, eu teria essas duas inquietações: não estaríamos violando um direito liberal dos cidadãos de contribuírem para as campanhas dos partidos e dos candidatos? Como, efetivamente, seria possível fazer isso? Como, efetivamente, garantir que o financiamento seja exclusivamente público?

Há um problema de controle aí que é crucial e que temos de enfrentar. Não adianta que seja exclusivamente público, na forma da lei, e de que haja mecanismos de captação de recursos não contabilizados que vão contribuir mais para determinadas campanhas do que para outras.

Essas coisas têm de ser enfrentadas. Essa é a primeira questão.

A segunda foi a do Ernane. De fato, já estivemos polemizando há pouco tempo, não é verdade? Eu não me lembro de ter dito isso, porque não acredito que os custos dos Parlamentares no Brasil sejam pequenos. Eu não me lembro de ter dito isso aqui. Pelo contrário, acho que a democracia é cara — e não é só no Brasil. A democracia é cara!

**O SR. DEPUTADO NEWTON CARDOSO** - Só para encaminhar uma questão. O Deputado Ronaldo Caiado apresentou um projeto em que S.Exa. trata desse preço. O preço não é tão alto como se pensa. O total do financiamento público do Brasil seria de 812 milhões, sendo que o Brasil já paga televisão, paga rádio, o que é quase esse valor.

Então, quando se diz isso que o Poder Público vai pagar, procurem saber o que pagaram, nos anos passados, a Gutierrez e essas empreiteiras de favores para Deputados.

Então, não é tão caro assim como se diz. São 812 milhões de reais, segundo o Deputado Ronaldo Caiado.

**A SRA. FÁTIMA ANASTASIA** - Mas o senhor está falando de oitocentos e tantos milhões reais para quê? Para financiamento de campanha?

**O SR. DEPUTADO NEWTON CARDOSO** - Financiamento de campanha.

**A SRA. FÁTIMA ANASTASIA** - Não, não. Eu estou dizendo que o exercício da democracia é caro, o exercício.



O Sr. Ernane pergunta se não seria interessante reduzir o número de Parlamentares e, assim, reduzir os custos. Minha resposta é um sonoro “não”! Não seria interessante. Por quê? Por que os custos são altos? Mas o que se espera com um número elevado de Parlamentares é que o Parlamento seja representativo da diversidade, da pluralidade, da heterogeneidade sociais, em termos políticos, econômicos e culturais.

Portanto, não acho que o caminho seja reduzir o número de Parlamentares. O caminho é aumentar a efetividade da representação democrática. E penso que o ponto mais importante não é se o exercício da representação é caro ou não. É caro, e um dos indicadores — eu disse isso da outra vez que o senhor estava presente e vou repetir —, de desenvolvimento institucional dos parlamentos no mundo é o salário dos parlamentares. Espera-se que eles ganhem bem — é importante dizer isso; não há o menor problema em dizer isso —, desde que seja um salário condizente com o exercício da responsabilidade, da representação etc. e gere também efetividade na representação democrática.

Não acho que o caminho seja reduzir o número dos Parlamentares nem reduzir os custos da democracia. O caminho é aumentar a sua efetividade e a sua legitimidade.

E o senhor me desculpe, mas não me lembro de dizer que o custo dos Parlamentares no Brasil é pequeno, como o senhor afirma. Se eu dei a entender isso, peço desculpas. Não é essa a minha opinião.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. FÁTIMA ANASTASIA** - Reduzir em 50% o número de Parlamentares? Talvez as crianças adocessem mais, porque não teríamos a representatividade de um conjunto amplo da sociedade. Somos 190 milhões com preferências diferentes.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. FÁTIMA ANASTASIA** - Eu respeito a opinião do senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edinho Araújo) - Quero assegurar a palavra à professora.



**A SRA. FÁTIMA ANATASIA** - Eu respeito à opinião do senhor e acho que o senhor tem todo o direito de defendê-la aqui, assim como me deram a mim o direito de defender a minha.

O senhor acha que diminuiu o número de Parlamentares? Eu discordo do senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edinho Araújo) - Vamos manter a ordem de inscrições e assegurar a palavra.

**A SRA. FÁTIMA ANASTASIA** - Havia outra questão que me foi perguntada sobre o financiamento privado, se também defendo o financiamento privado. Acho que isso já respondi. Fiz uma ponderação relativamente ao direito dos cidadãos e continuo achando que é uma ponderação legítima. E também relativamente você perguntou... Eu não sou Presidente da Mesa. Portanto, não posso lhe conceder a palavra. Eu não lhe dei a palavra na minha fala.

**O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA** - Profa. Fátima, eu queria lhe fazer só um pedido para enriquecer a sua resposta.

Nós costumamos propor um novo sistema e levar os defeitos desse sistema para o outro. Ora, se estamos colocando voto distrital misto ou lista fechada, o custo é colocar um projeto político, a diferença do projeto pedagógico, do projeto de segurança pública, do projeto de saneamento básico do meu partido em relação aos projetos do PT, do PDT, do PP. Precisamos ter propostas, poder explicitar propostas, discutir modelo de sociedade, de partido, como laboratório de formulação de política pública, como ferramenta de solução de vida para as pessoas. Isso não precisa ser vendido como sabonete em televisão. Muda completamente o processo.

**A SRA. FÁTIMA ANASTASIA** - Completando o que estava dizendo, eu chamava a atenção para o fato de que a adoção de financiamento exclusivamente público de campanha significa também o desafio de adotarmos os mecanismos capazes de coibir o financiamento privado que não seja feito formalmente. A meu ver, essa questão tem que ser enfrentada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Edinho Araújo) - A Deputada Luzia Ferreira vai agora responder às indagações que estão às suas mãos. Informo que estão inscritos, se estiverem presentes, o Isaac, o Edmo, o André e o Geraldo Miguel.



Neste momento, encerro as inscrições. Está aí? Nilson? Ela vai responder. Está bem, está seguro.

**A SRA. LUIZA FERREIRA** - Vou começar, então, polemizando com o senhor, como abordou a Profa. Fátima, para dizer o seguinte: por que não fechar os Paramentos? Sobraria mais dinheiro para o setor saúde, para a construção de moradias. Por que 50% e não 70% ou 80%?

Quero dizer ao senhor que isso traz embutido um conceito de que o Parlamento é desnecessário. Se é desnecessário, então, podemos fechá-lo.

**(Não identificado)** - Não coloque na minha boca o que eu não disse.

**A SRA. LUIZA FERREIRA** - Não, não, com o senhor aqui, Ernane. Acho que cortar 50% embute um conceito de desvalorização. E, se cortar 50%, poderia cortar 100%. Se o foco for o custo, poderíamos fechar, porque ficaria, nesse caso, mais barato. É só para polemizar e também manifestar a minha discordância quanto a esse pensamento.

No que se refere à segunda questão do Ernane, relativa à coligação É só para polemizar e também manifestar a minha discordância com esse pensamento.

No que se refere à segunda questão do Ernane, relativa à coligação, quero dizer que eu sou a favor do fim da coligação, porque eu acho que ela trouxe distorções no seu caminhar e grandes polêmicas recentes. Nesta Casa inclusive, de fevereiro para cá, assumiu um Deputado... Ele já saiu. Houve uma discussão sobre quem deveria assumir, se era alguém do partido ou da coligação. Quer dizer, ela trouxe uma distorção também de partidos que, muitas vezes, existem só com esse objetivo, embora reconheço que isso pode prejudicar partidos, às vezes, importantes e pequenos, mas que têm ideologia.

Entendo que temos um preço a pagar. A meu ver, essa questão vai resolver a tal da cláusula de barreira, porque se não tem coligação, se o partido não fizer aquele mínimo, já é um mínimo que a lei vai definir e que já estará resolvido.

Portanto, creio que é um aperfeiçoamento importante, fruto das distorções que foram acontecendo durante esse período que foi permitido. Digo coligações na proporcional, não na majoritária, em que, pela sua lógica, elas têm que existir.

A segunda pergunta é do Wilson, que vai falar um pouquinho. Wilson, por favor.



**O SR. WILSON QUEIROGA** - Meu nome é Wilson Queiroga, e sou ativista do movimento negro. Eu tinha até preparado uma intervenção maior devido à questão do tempo, mas vou ficar somente nesta questão, que se refere à alternância da lista, de homem e mulher, uma alternância de gênero. Mas eu coloco mais, combinado com a questão étnico-racial. E por quê? Primeiro, porque são dois segmentos sociais que são maioria na população brasileira. E afirmo isso hoje com fundamentação científica, porque o resultado de uma pesquisa do IPEA coloca isso hoje. Nós, do movimento negro, já sabemos há muito tempo que nós somos maioria. Mas agora tem mais essa fundamentação.

Em segundo lugar, eu vou me referir agora historicamente à questão do afrodescendente no Brasil.

Desde o sequestro legalizado que aconteceu com a nossa subtração de nossa terra, África, para cá, a gente vem contribuindo com a formação da riqueza deste País. E fazemos isso até hoje com maioria numérica. Além da contribuição que nós temos dado, também contribuimos culturalmente para a formação da identidade da Nação brasileira. E isso são valores, são legados que nós não podemos suprimir.

Nesse sentido, eu coloco a combinação da questão da alternância de gênero com a questão étnico-racial, evidentemente com a observância de todas as outras minorias, pessoas com deficiência física, pessoas LGBT, indígenas etc.

Essa é a contextualização que eu queria colocar para a pergunta que foi feita.  
Muito obrigado.

**O SR. COORDENADOR** (Carlos Mosconi) - Deputada, eu estou substituindo aqui o Deputado Edinho Araújo, que, por razão de tempo, tem que se dirigir agora para o aeroporto. Eu vou substituí-lo, deixando aqui o nosso abraço para ele.

Agradeço ao Deputado Alceu Moreira, do Rio Grande do Sul, pela brilhante participação. Os nossos agradecimentos, portanto, aos dois.

O Presidente Almeida Lima deve retornar à Mesa.

Com a palavra a Deputada Luzia para responder à indagação.

**A SRA. LUZIA FERREIRA** - Rapidamente, Wilson.

As mulheres têm um acúmulo, ao se defender na lista fechada a questão da alternância. E ficamos muito felizes quando o Senado aprovou 50%. Quero aqui



dizer que nós temos esse acúmulo de cotas, que já é lei no Brasil, de candidaturas e não de lugares. Portanto, com as candidaturas, por tudo isso que foi colocado aqui, nós não conseguimos também viabilizar a nossa eleição. Na Assembleia, apenas quatro foram eleitas em 1977; ou seja, em torno de 5%. É muito pouco.

Quero dizer que fiquei muito feliz que tenha passado. Mas, para ser realista, eu acho que, se nós defendêssemos um terço da lista alternada, talvez esse seria um avanço no Brasil — isso se passar, evidentemente, a questão da lista.

Eu, particularmente, sou favorável. O PPS está defendendo o voto distrital misto, que vai combinar um pouco os dois modelos, talvez as virtudes dos dois modelos — no distrital, ao aproximar o eleito do eleitor, e, na parte proporcional, que seria metade, ao garantir representação mais ampla, inclusive das minorias.

Então, que nós tivéssemos a possibilidade da alternância. E a alternância só é possível na lista no sistema proporcional, pois no distrital prevalece o voto majoritário e não há como haver alternância.

Quero dizer que as cotas, aqui no Brasil, foram no sentido de candidaturas, enquanto, por exemplo, no Uruguai, são de lugares: 25% das cadeiras são destinadas às mulheres, com disputa apenas entre mulheres. Portanto, lá é o mínimo de 25% de representação de mulheres. Essa é a solução no Uruguai. Na Argentina, que tem em torno de 30%, 33%, é este o modelo: pré-lista, sistema proporcional com lista fechada com alternância, o que garantiu às mulheres 30% de representação.

Eu estou dizendo que esse debate existe, que as mulheres são organizadas nesse sentido. Na Comissão do Senado, as Senadoras brigaram para terem... E lá o aprovado foi... No Senado, aprovou-se proporcional com lista fechada, alternando 50%... Portanto, se passasse isso, pelo menos, o Parlamento teria uma representação de 50% de mulheres.

Quero dizer que há sub-representação tanto de gênero como de raça. E você disse bem. Foi bom que nesse censo os negros estejam assumindo a sua identidade. Isso mostra que, para terem força, eles têm de assumir e não se esconder. Pela primeira vez, mais de 50% estão caracterizados como pardos e negros. Portanto, a raça negra é maioria, como nós vemos no dia a dia.



Agora, eu quero falar que uma forma de garantir a saída da sub-representação de raça... Eu ainda não tematizei sobre este assunto, mas eu acho que é assunto tanto para o movimento como para colocarmos na pauta, ou seja, nessa reforma, para se ver qual seria o arranjo, o mecanismo para dar mais voz ao povo negro, já que é a maioria, hoje, no Brasil, conforme o censo. E também quanto ao gênero feminino, também quanto às mulheres, igualmente sub-representadas.

**O SR. COORDENADOR** (Carlos Mosconi) - O próximo inscrito é o Sr. Edmo Cunha, representante da Frente Mineira dos Movimentos Sociais pela Reforma Política, que tem participado muito nos trabalhos da Comissão nesta Assembleia Legislativa.

Temos mais dois inscritos, e estamos com o tempo praticamente esgotado. Tanto é assim que os dois Deputados já tiveram de sair.

**O SR. EDMO LUIZ DA CUNHA PEREIRA** - Muito obrigado, Deputado.

Em primeiro lugar, saúdo tanto a Comissão de Minas, que tem feito um trabalho importante para mobilizar a sociedade mineira em torno desse tema, quanto a Comissão da Câmara dos Deputados.

Eu queria fazer um breve histórico do que o Fórum Mineiro pela Reforma Política, a Frente Mineira dos Movimentos Sociais pela Reforma Política e a Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político no Brasil vêm fazendo.

São três espaços que reuniram há 6, 7 anos diversas instituições, organizações da sociedade civil, fóruns, redes, ONGs, movimentos sociais, para que pudessem refletir e acumular a respeito desse tema.

Eu falo sobre isso porque constantemente nós temos ouvido que essa reforma só acontecerá se a sociedade estiver mobilizada, se houver um amplo processo de mobilização. Às vezes, isso é dito com uma certa descrença de que essa mobilização esteja ocorrendo ou possa vir a ocorrer. Então, nós queremos dar o testemunho desse trabalho que vem sendo feito.

No âmbito nacional, são diversas redes, diversos fóruns, diversas associações. E também, no âmbito estadual, em cada um dos Estados, esses setores também têm se organizado e têm dado a sua contribuição.



Aqui em Minas nós nos reunimos, durante os últimos 5 anos, pelo menos uma vez por mês. Atualmente, nós estamos nos reunindo cinco vezes ao mês. Em cada reunião há um debatedor convidado, há uma organização, toma-se a decisão de ir a um debate numa cidade do interior, numa faculdade. Então, o processo de mobilização, no que diz respeito a esses movimentos, está acontecendo.

Mas nós não ficamos só no debate. Além deles, nós construímos a plataforma dos movimentos sociais, que está contida nesta cartilha. Tivemos a oportunidade de entregá-la à Comissão desta Assembleia Legislativa, através do Deputado Carlos Mosconi, e gostaríamos de entregá-la também à Comissão da Câmara dos Deputados. Talvez ela até já a tenha recebido, porque em diversos Estados há entidades que defendem essa plataforma. Mas eu gostaria de, simbolicamente, fazer a entrega aqui, para dizer que em Minas diversas entidades, fóruns e redes da sociedade civil também defendem essa plataforma, assim como as propostas que nós construímos e que estão inseridas nesta cartilha.

Gostaríamos de dizer também que estamos elaborando um projeto de iniciativa popular. No mês de junho, já estaremos nas ruas e nas praças, para que as assinaturas sejam recolhidas. Esperamos que isso contribua para uma maior mobilização da população. Esse projeto de iniciativa popular é fruto também dessa cartilha; ou seja, é algo que vem sendo construído há 6 ou 7 anos. De certa forma, foi feito um resumo, para que ela pudesse ser uma proposta de iniciativa popular.

**O SR. COORDENADOR** (Carlos Mosconi) - Pode deixá-la aqui, com a Mesa. Vamos encaminhá-la ao Deputado Newton Cardoso.

**O SR. EDMO LUIZ DA CUNHA PEREIRA** - Ótimo! Então, nós a passamos aos senhores. *(Pausa.)*

**O SR. COORDENADOR** (Carlos Mosconi) - Muito obrigado!

**O SR. EDMO LUIZ DA CUNHA PEREIRA** - Para não dizer que não tocamos em nenhum tema, eu diria que é fundamental entendermos três pontos, para uma boa reforma política.

O primeiro é a ampliação dos fóruns e dos mecanismos de democracia direta, fugindo um pouco daquele tema sobre o qual nós temos nos debruçado e que a sociedade tem mais debatido, que é a democracia representativa. Mas há várias propostas que ampliam as consultas diretamente à população.



O segundo é a democratização da representação; ou seja, nós não democratizaremos ainda mais o nosso sistema político se não aumentarmos a capacidade de representação das mulheres, dos negros e dos pobres. São três setores da população que serão, de certa forma, os indicadores, para se ver se essa reforma política realmente amplia os níveis de democracia no País.

E, por fim, o financiamento público de campanhas.

**O SR. COORDENADOR** (Carlos Mosconi) - Sou grato ao Edmo Cunha pela sua participação e pelo trabalho feito.

Temos mais dois inscritos.

O Sr. Geraldo Miguel está presente? (*Pausa.*)

Já saiu.

Então temos mais um inscrito, o André Caregnato, da PROTESTE/Minas, que está com a palavra.

**O SR. ANDRÉ LUIZ CAREGNATO** - Nós fazemos parte da PROTESTE/Minas e também fazemos parte da Plataforma dos Movimentos Sociais.

Em primeiro lugar, gostaria de responder àquela questão da professora: o financiamento exclusivamente público de campanha impede que o cidadão contribua? Do meu ponto de vista, não. Porque ele contribuirá através dos impostos. Isso promove a igualdade de oportunidades entre os partidos, para apresentarem as suas ideias perante a população, como priva, de certa forma, a eleição do partido que é meramente mais rico ou que tem mais filiados com poder aquisitivo maior.

Agora, eu quero aqui trazer uma proposta que faz parte da cartilha da Plataforma dos Movimentos Sociais. É sobre o fortalecimento da democracia direta.

Nós, da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma Política, defendemos o fortalecimento da democracia direta por meio de plebiscitos e referendos.

A política não pode ser monopólio, exclusivo dos que têm algum mandato nem dos partidos, mas de toda a sociedade. Por isso defendemos a efetiva participação direta do povo. Atualmente, vivemos numa pseudodemocracia, já que a maioria dos nossos representantes, infelizmente, busca apenas seus próprios interesses, e não o interesse comum ou público, para o bem do cidadão brasileiro.



Desse modo, vemos que no atual sistema político o povo não tem soberania popular, embora a Constituição brasileira estabeleça que “todo o poder emana do povo, que o exerce diretamente ou por meio de seus representantes eleitos”.

Acontece que esse poder exercido diretamente pelo povo é bastante dificultado. Por isso:

1 - Defendemos uma reforma política em que os plebiscitos e referendos sejam convocados pelo povo, pois atualmente são possíveis somente por convocação do Congresso Nacional, de acordo com a Lei nº 9.709, de 1998;

2 - Defendemos que o processo seja simplificado e tenha a sua convocação garantida. Uma das formas de simplificação é a utilização de urnas eletrônicas e aceitação de qualquer documento expedido por órgão público, com foto;

3 - Defendemos que seja prevista a convocação obrigatória de plebiscitos e referendos para os principais temas nacionais, conforme Projeto de Lei nº 4.718, de 2004, proposto pelo Conselho Nacional da OAB e pela CNBB;

4 - Defendemos que as campanhas dos plebiscitos e referendos tenham participação da sociedade civil em pé de igualdade aos partidos e frentes parlamentares;

5 - Defendemos a criação de políticas públicas de financiamento público nos processos de plebiscito e referendo e que as doações privadas sejam proibidas e punidas. Quando houver omissão do Estado em implementar o plebiscito ou referendo, qualquer cidadão poderá recorrer ao Judiciário de maneira direta, sem a presença de um advogado, para que o Estado cumpra a sua obrigação;

6 - Defendemos a precedência da votação no Legislativo de projetos de iniciativa popular;

7 - E defendemos também a criação de um novo instrumento de democracia: o veto popular.

Era isso. Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Almeida Lima) - Agradeço a V.Sa. pela manifestação.

Cumprida a finalidade desta sessão, eu passo a palavra ao nobre Deputado Carlos Mosconi, Presidente da Comissão de Reforma Política desta Assembleia Legislativa, para suas considerações e encerramento dos trabalhos.



Antes, eu quero agradecer a todos que se fizeram presentes a este debate e a todos os Srs. Deputados e Sras. Deputadas pela participação.

Devo dizer da grandiosidade do debate, da contribuição que Minas Gerais dá a esse processo, pois, com certeza, sairemos deste Estado com um ganho bem maior de consciência, de conhecimento, de acúmulo de massa crítica, para podermos, lá na frente, elaborar a proposta de reforma política que o Brasil tanto reclama — e reclama há alguns anos.

Passo a palavra, para conclusão e encerramento dos trabalhos, ao Deputado Carlos Mosconi.

Muito obrigado.

**O SR. COORDENADOR** (Carlos Mosconi) - Muito grato, Deputado Almeida Lima.

Sou muito grato aos componentes da Mesa e a todos que se encontram aqui até esta hora, depois de tanto tempo de um debate que eu acho que enriqueceu demais a nossa Assembleia. Foi um debate, meu caro Presidente, de muito bom nível. Acho que a presença dos senhores aqui foi fundamental para que nós pudéssemos fazer uma reunião desta dimensão, pois pudemos naturalmente ouvir a opinião dos senhores e saber como as coisas estão transcorrendo lá em Brasília.

Vamos sair daqui, meu caro Presidente, com a sensação de que a reforma vai acontecer. Se fôssemos pessimistas neste momento, Deputado Newton Cardoso, nós mudaríamos a nossa opinião. Mas eu acho que não. Estou vendo que o trabalho é muito consistente. É um trabalho que tem objetividade, porque sai de Brasília e vai ouvir o povo pelo Brasil inteiro, vai ouvir as Assembleias Legislativas, e que realiza um debate como o que tivemos aqui hoje, tão enriquecedor, tão consistente, sob todos os aspectos.

Quero agradecer demais à Profa. Fátima Anastasia, que fez uma brilhante exposição sobre sua posição na questão da reforma política, ela que tem essa vivência, como cientista política que é, e que medita, pensa e trabalha sobre o tema como quase ninguém. E fiquei muito feliz porque ela defendeu a questão do voto proporcional, que também acho vamos encaminhar a S.Exas.

Faço apenas uma observação com relação ao financiamento de campanhas.



Achei interessante o que disse o Deputado Edinho Araújo, porque muitos falam que o financiamento público tem de ser casado com a lista fechada. Eu acho que não. Acho que não precisa. Necessariamente, não é preciso estabelecer como a campanha vai ser, os critérios, os parâmetros, as medidas. Acho que pode perfeitamente não ser uma lista fechada.

Tenho alguns receios com relação à lista fechada. Ainda não tenho posição totalmente definida, mas a lista fechada, num país como o nosso que já tem tradição secular, parece-me não seria de fácil compreensão para a população. Porque falamos aqui que não sabemos em quem votar, e que, um mês depois, já não se sabe em quem votou. Ora, nem na eleição, então, vai ficar... De repente, não se sabe em quem votar. É uma situação mais complicada. Pode-se pensar isso no interior do País: como essa lista vai ser feita; quais os critérios para que seja elaborada; se isso vai satisfazer os membros do partido.

Não quero agora fazer apologia a essa nem àquela posição. Faço apenas uma observação, porque acho que os questionamentos aqui caminharam muito na direção do sistema eleitoral e do financiamento de campanha, com enriquecimentos que extrapolam essa questão.

Conforme colocado aqui pelos debatedores, o Marco Antônio, da CUT, o Sérgio Cavalieri, da FIEMG, foi feita uma observação muito interessante, que é uma crítica perfeitamente procedente. É o que vivemos hoje, que é a fortuna que se gasta no País com propagandas fora das campanhas eleitorais, propagandas do Governo, do Município, disso e daquilo. Então, fica sem muito sentido, digo, com relação a custos... Não estamos falando aqui em custo de campanha? Então é preciso entender também essas questões que afetam muito a vida da população brasileira.

Encerro, dizendo ao Deputado Almeida Lima que vamos estender nosso trabalho. O Deputado Antônio Júlio é um participante muito ativo da nossa Comissão, e, com a experiência que tem... Realmente, ele tem colaborado muito conosco, assim como os demais membros da Comissão.

Deputado Almeida Lima, Deputado Newton Cardoso, ao final desse trabalho, vamos ainda fazer um grande debate neste plenário para, ao encerrá-lo, levarmos à Comissão que V.Exa. tão bem preside a posição de Minas Gerais. Isto é, não quero ter essa pretensão, mas quero levar o resultado do nosso trabalho à Profa. Fátima, a



fim de que Minas esteja também presente naquilo que poderá ser a reforma política que almejamos.

A reunião está encerrada com os nossos mais profundos agradecimentos à Comissão de Reforma Política da Câmara dos Deputados, de Brasília, que esteve conosco hoje.

Muito obrigado. (*Palmas.*)